ANO XVI N.º 133 JULHO E AGOSTO DE 2004

TRIBUNA DA MAGISTRATURA

PRESIDENTE **CELSO LUIZ LIMONGI**

ÓRGÃO OFICIAL DA **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS**

APAMAGIS NA MÍDIA

Em visita à redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, Celso Limongi e Cláudio Baldino Maciel foram recebidos por Ruy Mesquita.

Pág. 28

Juízes debatem o Poder Judiciário

2º ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES ESTADUAIS

Entre os dias 10 e 12 de outubro próximo, será realizado o 2.º Encontro Nacional de Juízes Estaduais. O evento, promovido pela Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS) e pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), terá como título Magistratura Nacional — A Justiça que Queremos. As reuniões acontecerão no Centro de Convenções da Câmara Americana de Comércio, localizada na Rua da Paz, 1431 — Chácara Santo Antônio.

artigos

O Instrumental jurídico da Responsabilidade e da Reparação, no âmbito do Direito Ambiental Geraldo Ferreira Lanfredi Pág. 18

Ser Simples Durval Rezende Pág. 19

Vida de juiz

Enfrentando o excesso de serviço, poucos recursos e número reduzido de funcionários, os juízes protagonizam todos os dias uma verdadeira batalha para dar conta de seus afazeres diários. O volume de trabalho rouba momentos preciosos da vida do juiz e afeta a convivência social e familiar.

Págs. 11 a 14

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Já está tudo pronto para que o maior eleitorado do País escolha seus representantes nas Câmaras Municipais. Confira as novidades.

Pág. 10

Filme "Justiça"

A Diretoria Executiva, diretores e coordenadores receberam jornalistas para juntos assistirem ao filme "Justiça", na sede social.

Págs. 4 e 5

JORNAL DE BAURU

NOVOS JUÍZES E A PREVIDÊNCIA

O diretor do Departamento de Assuntos Legislativos fez uma explanação para os juízes do 175.º concurso de ingresso na magistratura.

Pág. 17

Magistrados, alerta!

A presente edição cuida de um tema bastante familiar aos juízes paulistas, ou seja, a carga excessiva de trabalho, com as consequências diretas no dia-a-dia e até mesmo na saúde de cada um de nós.

Paradoxalmente, essa carga absurda de trabalho não é perceptível por grande parte da sociedade nem contribui para que a imagem do magistrado cresça e se consolide.

Infelizmente, em decorrência dos entraves insuperáveis da legislação processual, a prestação da tutela jurisidicional não se desenvolve com a desejável rapidez, circunstância que propaga a equivocada imagem de um Judiciário acomodado e favorecido.

Desde Montesquieu firmou-se no Estado moderno o entendimento de que quem julga não governa, nem faz as leis; quem governa, não julga e não faz as leis; e quem faz as leis não governa nem julga.

Não é dado a nós juízes, portanto, elaborar as leis processuais que o Estado brasileiro tanto necessita para o aceleramento da tarefa jurisdicional. É certo que nossa Carta Magna deixa aberta ao Judiciário a iniciativa de certas leis, todavia, a sua aprovação depende da adesão e apoio do Executivo.

Ora, nós todos estamos assistindo, sempre com perplexidade, ao total descaso que o Presidente da República devota ao Judiciário e, por consequência, ao jurisdicionado. Até agora, passado um bom tempo de sua conturbada administração, não se viu uma única medida em favor do jurisdicionado, algo, enfim, que facilitasse o julgamento dos processos e assim atendesse aos interesses das partes litigantes.

Tudo que se viu, até o momento, foi uma enxurrada de medidas destinadas a aviltar o Judiciário, inclusive com um ferino e inútil controle externo, que alcançará a administração da Justiça, mas nunca a prestação da tarefa jurisdicional, que é o que interessa.

Não se viu, enfim, uma tentativa verdadeira de remessa ao Congresso Nacional de projeto de reforma da Legislação Processual que sirva para acabar com os recursos protelatórios responsáveis pela demora na solução das lides.

E por que assume o Executivo essa posição clara como o dia? Torna-se evidente que o Judiciário é um obstáculo permanente ao Executivo truculento, que procura assumir postura não de harmonia, mas de soberania, em relação aos demais Poderes e ao próprio País.

Não interessa ao Executivo um Judiciário livre, insubmisso, independente, que determine, por exemplo, a reintegração de posse de proprietários de terra e de imóveis alcançados por invasões de antemão conhecidas, ignoradas e até mesmo estimuladas. Pretende-se, como última novidade, uma Justiça Agrária, como se esta, usurpando competência da Justiça Estadual, fosse curvar-se docemente às intenções ocultas na iniciativa.

O que interessa ao Executivo é um Judiciário servil, capaz de engolir — assim como se engole um sapo — a supressão de princípios democráticos e de direito inalienáveis, como o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito, como se viu, dias atrás, com a aprovação do desconto previdenciário a servidores que se aposentaram à luz de regras em vigor anteriormente mas agora ignoradas, como se nunca tivessem existido.

Cada juiz deste Estado tem o dever de permanecer alerta a essa programação espúria, de caráter político e partidário, que visa, em última análise, a tornar doente nossa democracia, usando como primeira vítima o Judiciário enfraquecido.

TRIBUNA DA MAGISTRATURA
Uma publicação da

Associação Paulista de Magistrados

R. Tabatingüera, 140 - sobreloja
CEP 01020-901 - São Paulo - SP
Telefone (0xx)11) 3241-1288
Fax (0xx11) 3107-8894

APAMAGIS
apamagis@apamagis.com.br

Presidência
presidencia@apamagis.com.br

Secretaria
secretaria@apamagis.com.br

Imprensa
imprensa@apamagis.com.br

Atendimento
atendimento@apamagis.com.br

Convênios
convenios@apamagis.com.br

Informática
info@apamagis.com.br

HOME PAGE
http://www.apamagis.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Celso Luiz Limongi

1.º Vice-Presidente
Sebastião Luiz Amorim

2.º Vice-Presidente
José Araldo da Costa Telles

Diretor-Secretário
Cláudio Gracioto

Diretor-adjunto Financeiro
Homero Maion

Diretor-adjunto Financeiro
João Omar Marçura

Diretor-adjunto Secretário
Maria de Fátima dos Santos Gomes

IMPRENSA

Conselho Editorial
Aloísio de Toledo César - Presidente
José Roberto Lino Machado
Luís Soares de Mello Neto

Edição e Redação
Aurora Amato

Estagiária
Gizele Wanderoscki

Fotos
Augusto Canuto

Editoração eletrônica
Dulce Pinto (MTb 32418)

COLABORAÇÕES
Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores

Exortação!

Realizar-se-á, nos dias 10 e 11 de outubro, vindouro, o 2.º Encontro Nacional dos Juízes Estaduais.

O acontecimento se reveste, no atual contexto histórico, do mais alto significado. Dentro do próprio Poder Judiciário ouvem-se vozes importantes, criticando as Justiças Estaduais e seus magistrados. O min. Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça, em recente programa da TV Bandeirantes, elevou o tom das críticas, recebidas, pelos juízes estaduais, como ofensivas. O min. Nélson Jobim, pelo que se depreende de suas manifestações, deseja administrar, por meio do futuro Conselho Nacional de Justiça, as Justiças Estaduais. E a pressão política exercida contra o Supremo Tribunal Federal, que recebeu visitas do ministro da Previdência e do Advogado-Geral da União antes do julgamento da ação para desobrigar os aposentados de recolherem a contribuição previdenciária, é outro dado que assusta não só os magistrados, mas todos os operadores do Direito e instituições como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil e certamente toda a sociedade.

Não podemos permitir que as Justiças Estaduais sejam injustiçadas e até mesmo injuriadas, com agressões à dignidade de seus magistrados. São os juízes estaduais que mais próximos se encontram do cotidiano, do dia-a-dia da sociedade civil, atendendo a seus pleitos, anseios e mitigando seus momentos de angústia.

A jurisprudência dos Tribunais estaduais sempre andou muito à frente da lei. Nos vários ramos do Direito, o legislador foi abeberar-se na jurisprudência desses Tribunais. Desde o Direito Penal e Execução Penal, mediante a opção por penas alternativas, a prisão-albergue, o direito do preso a saídas em épocas especiais, como o Natal, até as profundas alterações no direito de família, a defesa dos direitos do consumidor, a proibição de prisões civis decorrentes de dívidas civis, e, também, o que já se decidiu em temas de Direito Público, todo esse avanço se deve à jurisprudência dos Estados.

A organização, nas eleições, para a arrigimentação de pessoal e a recepção dos votos, a contagem a apuração de votos, as impugnações, e, antes, o registro das candidaturas e os conflitos dela decorrentes, tudo isso fica a cargo das Justiças Estaduais. E o resultado sempre alcançou bom nível, muito mais exitoso do que, por exemplo, aconteceu nas últimas eleições para a Presidência da República nos Estados Unidos. É lógico que, quem perde, sempre vai culpar o Judiciário, pois a paixão subjuga a razão.

Nesse próximo Encontro, em São Paulo, temas de nosso interesse serão debatidos, pelo que tomo a liberdade de não só convidar, mas exortar os colegas para que compareçam, refletindo a união da magistratura, união que se faz cada vez mais necessária, diante da reforma do Judiciário e seu conseqüente enfraquecimento. Não percamos de vista manifestações do Presidente da República, que, por chiste ou não, disse que ia ao Gabão aprender como permanecer no poder por 37 anos; e, condoeu-se por alguém que, após 18 anos de poder, não quis reeleger-se, preferindo voltar para casa e tratar de "boi zebu"; e das propostas de mordaça ao funcionalismo público e a criação de mais conselhos, agora o Conselho Federal de Jornalismo.

Ouso afirmar que vertentes obscurantistas ganham fôlego, atacando pilares da democracia, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a imprensa. A nós, magistrados, cumpre fazer nossa parte. O Encontro é o mais próximo canal para discutirmos temas que nos interessam de imediato.

Colega, dê sua efetiva contribuição na defesa de um Poder Judiciário forte: participe do Encontro. Sua ação pode ser a solução, por agir sobre a realidade!

Celso Luiz Limongi

Indignação

Celso Limongi repudia as conclusões do Ministério da Justiça sobre o Poder Judiciário

Em razão da apresentação do relatório "Diagnóstico do Poder Judiciário", anunciado pelo Ministério da Justiça no último dia 16 de agosto, o presidente da APAMAGIS expressou a indignação da magistratura paulista por meio de nota oficial, enviada aos veículos de imprensa de todo o Estado de São Paulo. Leia ao lado a íntegra da nota.

Diagnóstico da Secretaria de Reforma do Judiciário

"A Associação Paulista de Magistrados — APAMAGIS —, entidade que há 51 anos presta serviços à sociedade paulista e brasileira, sente-se no dever de expressar seu mais profundo repúdio às conclusões do denominado "Diagnóstico" do Poder Judiciário, patrocinado pela Secretaria da Reforma do Judiciário, entidade entranhada no Ministério da Justiça. A Magistratura Paulista, indignada com a proposital e perversa interpretação dos dados coletados e compilados no trabalho, considera-o imprestável para a finalidade propalada por seus idealizadores, a pretexto de estabelecer políticas públicas de melhoria do Poder Judiciário, visto que equipara, mediante simples média aritmética, realidades inequivocamente díspares de cada um dos estados da Federação, incluindo as Justiças Federais.

Longe de representar um verdadeiro diagnóstico, esse trabalho dissimula a vocação autoritária do Executivo Federal, que tem como verdadeira política para o Judiciário a orquestração de campanhas com o intuito de reduzir sua expressão enquanto Poder, levando irresponsavelmente a sociedade a conclusões distorcidas a respeito do real papel desempenhado pelo Poder Judiciário, que é o de interpretar e aplicar as leis, e fiscalizar tecnicamente os demais Poderes, única forma de preservar a Democracia, hoje seriamente ameaçada, a julgar pelas últimas propostas patrocinadas pelo Governo Federal (controle externo da Magistratura e do Ministério Público, lei da mordaça, Conselho de Imprensa, Lei do Audiovisual etc.)"

São Paulo, 17 de agosto de 2004
Celso Luiz Limongi
Presidente

Uma breve reflexão sobre o que é a Justiça

No dia 14 de agosto último a Diretoria Executiva da APAMAGIS promoveu uma apresentação especial do filme "Justiça", da diretora Maria Augusta Ramos, para a imprensa. A exibição do filme ocorreu na sede social e contou com a presença de jornalistas da Capital e do Interior, além de diretores e coordenadores da Associação e integrantes do Poder Judiciário de São Paulo.

Operadores da lei e réus são inseridos no contexto da realidade do sistema prisional

Estiveram presentes: Bob Floriano (Band); Gilberto Smaniotto e Leonardo Lara (Rede Record); Laura Diniz (jornal *O Estado de S. Paulo*); Lílian Maria da Silva (jornalista); Mara Cristina de Oliveira e Sueli Muzail (*Jornal da Cidade de Bauru*); Renato Sartorelli (presidente do 2.º TAC); Gilmar Dias, João Rosan e Nabil Salem (*Jornal de Bauru*); Cláudio Marques (*Diário de São Paulo*); Débora Piwito (editora-chefe da revista Consultoria Jurídica) e a prof.ª Maria Teresa da Rocha. Participaram da mesa de debates o des. Celso Limongi, presidente da APAMAGIS; o procurador de Justiça Airton Florentino de Barros; o jornalista Percival de Souza e a diretora do filme, Maria Augusta Ramos.

O documentário mostra como e para quem a Justiça funciona no Brasil, sem respostas definitivas ou julgamentos preconcebidos. O filme se passa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, acompanhando o cotidiano de alguns personagens, como defensores públicos, juízes e promotores. Mostra a carceragem da Polinter e a intimidade dos réus e seus familiares.

A diretora do filme explicou: "as pessoas me perguntam por que eu escolhi esses réus, esses infelizes, com delitos menos graves, e, eu digo, porque são justamente os menos graves, que representam 90% dos delitos julgados no sistema penal, são crimes de roubo e de furto. Eu acho que dentro da proposta do filme, que é falar desse cotidiano, esses eram os processos que me interessavam, enfim, eu poderia pegar processos sensacionalistas, do Fernandinho Beira Mar, que na verdade não me interessavam e nem me interessam."

O des. Celso Limongi lembrou: "é preciso distinguir juiz e Poder Judiciário, precisamos fazer essa distinção. Os juízes trabalham à exaustão, mas o Poder Judiciário por muitas razões não atende com presteza as postulações das partes. É a mesma coisa de médico trabalhando num hospital sem os equipamentos necessários. O Poder Judiciário, especificamente o Tribunal de Justiça de São Paulo, é responsável por 13 milhões de processos em andamento. No entanto, são destinados ao nosso Judiciário apenas 5,56% do orçamento total. É muito pouco. Além do mais, sofre com as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 6%. Para São Paulo isso não é nada. Temos, também, um Direito Processual Civil que possui um número muito grande de recursos e o nosso Código de Processo Penal, então, já nasceu obsoleto".

O jornalista Percival de Souza, acostumado aos ambientes mais hostis, acrescentou que achou o filme muito bom, "pois lança um olhar interessante e interessado, do qual nós vamos aprender muito, perceber muito, entender muito, porque graças a Deus o que não está nos autos também faz parte do mundo".

Celso Limongi completou seu raciocínio: "o juiz é a única autoridade que pode prender, libertar, embargar uma obra pública ou privada, ou desembargar. Um simples despacho pode arrasar com um patrimônio, pôr uma família ou uma empresa em situação muito difícil. Um despacho de prisão, prisão preventiva, provisória ou definitiva, traz conseqüências muito sérias para o indivíduo, pois cerceia um dos maiores bens que possuímos: a liberdade. Daí a gravidade da função do juiz, o que `Justiça´ consegue exprimir."

O filme também foi exibido para o juízes substitutos, oriundos do 175.º concurso, na noite do dia 15 de julho no Espaço Unibanco.

continua na próxima página...

Justiça é uma co-produção entre Brasil e Holanda, por meio das empresas Limite Produções, NPS (TV Holandesa) e Selfmate Films. Esse é o quarto longa metragem de Maria Augusta Ramos. Em entrevista ao *Tribuna da Magistratura* a cineasta relata os seus encantamentos e decepções ao conhecer o universo do Judiciário.

JORNAL DE BAURU

Maria Augusta: o filme humaniza os personagens

Qual foi o ponto de partida da sua produção? O que a levou a fazer um filme sobre o funcionamento do Judiciário?

Eu queria fazer um documentário no Brasil, que retratasse a sociedade brasileira, mas abordando as questões da tensão e da violência urbana. Então fui fazer pesquisas no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Assisti a algumas audiências e me encantei, porque eram o microcosmo da sociedade brasileira. Mas o filme não é sobre o Judiciário, não é um filme sobre o sistema penal. Ele é um olhar da realidade brasileira, é um retrato da sociedade através do seu sistema penal. A proposta do filme é ir além dos estereótipos que se tem da Justiça, colocamos os personagens, tanto os operadores da lei quanto os réus, no contexto social e os enxergamos como seres humanos. Acho que o filme humaniza todas os personagens.

Qual foi a sua reação a partir do momento que iniciou a pesquisa, você se assustou com o sistema prisional ou com o Judiciário?

Não, na verdade, fiquei surpresa porque nunca tinha colocado os pés num Fórum, nunca tinha entrado num Tribunal. A mídia passa a idéia de que o Judiciário não funciona e que o sistema é corrupto. Para minha surpresa, pelo menos o sistema penal funciona. Os juízes são competentes, mas muitos também são conservadores, embora tenha encontrado vários progressistas. São juízes angustiados com a realidade desse sistema, um sistema que de certa forma é perverso que criminaliza a pobreza. Então me surpreendi com o fato de que realmente havia uma coisa que funcionava: os réus eram julgados e mandados para a cadeia. Surpreendeu-me a máquina implacável de fazer prisioneiros.

É importante que os magistrados assistam ao seu filme? Por quê?

Acho importante que todos nós assistamos ao filme, e não só os operadores da lei. É importante que todos os cidadãos brasileiros assistem. A Justiça não pode virar bode expiatório dos problemas sociais. Temos que resolver o problema da injustiça social, para termos uma sociedade e uma Justiça mais justas e humanas. A pessoa só passa a ser um cidadão quando ela senta-se na cadeira do réu e grande parte dessas pessoas são jovens pobres e, portanto, excluídos. São pessoas que não têm direito a um emprego, à vida digna, à saúde, à educação. Tudo isso diz respeito a nós, porque nós toleramos essa sociedade injusta e desigual. O filme propõe uma reflexão sobre o papel do Judiciário nessa realidade. E o papel do juiz nesse contexto é fundamental porque ele aplica a lei, mesmo que não concorde com ela. Por isso é importante que o magistrado se veja nos personagens do filme.

APAMAGIS e suas parcerias

Celso Limongi foi um dos debatedores do ciclo de palestras realizado pela EPM

O presidente da APAMAGIS Celso Luiz Limongi proferiu palestra, no último dia 29 de junho, no Fórum da Barra Funda, sobre "Crimes Sexuais – Aspectos Materiais e Processuais". A iniciativa é da Escola Paulista da Magistratura — EPM —, por meio de sua Coordenadoria do Núcleo Norte, da Grande São Paulo. A EPM contou com a colaboração das coordenadorias da APAMAGIS de Guarulhos e do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães; da Diretoria do Complexo Judiciário Mário Guimarães; da Faculdade de Direito das Faculdades Integradas de Guarulhos — FIG —; do Centro de Apoio aos Juízes Criminais do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães — CAJUCRI —; do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais — IBCCRIM — e da Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de São Paulo. Tais parcerias possibilitaram a realização de duas palestras ocorridas no Fórum da Barra Funda. A outra ocorreu dia 10 de junho com o tema: "A Prova no Processo Penal", proferida pelo juiz Luiz Antonio Figueiredo Gonçalves.

A APAMAGIS sempre presente em palestras e seminários

Interclínicas anuncia parceria

A notícia foi dada aos magistrados em primeira mão, em reunião na sede administrativa

Desde que assumiu a direção da APAMAGIS, em janeiro último, o des. Celso Limongi passou a receber uma avalanche de reclamações de associados insatisfeitos com o atendimento prestado pela Interclínicas, cuja qualidade de serviço caiu consideravelmente. Simultaneamente começaram a surgir boatos de que Interclínicas não estaria honrando seus compromissos com os médicos e hospitais credenciados por conta de problemas financeiros.

A partir de então, a presidência da Associação, preocupada com os desdobramentos dos acontecimentos, passou a solicitar uma reunião com a diretoria da Interclínicas. O encontro consolidou-se na tarde do último dia 22 de julho, quando o diretor-financeiro da Interclínicas, Luiz César Ambrogi, compareceu à sede administrativa da Associação para finalmente prestar esclarecimentos à diretoria da APAMAGIS e anunciar que a Interclínicas havia assinado um contrato com um grupo de renome internacional que irá oxigenar as finanças de sua empresa.

Com as presenças do presidente e do 1.° vice-presidente da APAMAGIS, respectivamente, Celso Limongi e Sebastião Luiz Amorim; do juiz Antonio Ernesto de Bittencourt Rodrigues, membro do Conselho Consultivo Orientador e Fiscal, e dos juízes Cláudio Emanuel Gracioto e Eduardo Francisco Marcondes, diretor-secretário e diretor-adjunto do Departamento de Convênios da Associação, o diretor da Interclínicas fez uma avaliação geral dos últimos acontecimentos que envolvem a empresa de assistência médica. Como a reunião foi aberta aos magistrados, além da diretoria também compareceram cerca de 50 juízes.

Diretor da Interclínicas anuncia parceria com grupo financeiro

No início da reunião Celso Limongi agradeceu a presença de todos e enfatizou que aquela reunião tinha sido insistentemente cobrada por ele junto a Interclínicas. "Acho que a questão dos planos de saúde deve ser enfocada de forma profissional, mas sem perder, obviamente, o sentimento de solidariedade e cordialidade que a APAMAGIS e a Interclínicas sempre mantiveram", disse. O presidente da Associação também esclareceu que os planos de saúde Unimed e SulAmérica foram contratados para atender aos juízes do Interior do Estado. "Para mim, é inconcebível que os magistrados do Interior não tenham planos de saúde e, até por causa disso, não se associam a APAMAGIS ou, então, se desligam. Limongi assinalou que fez esse esclarecimento para evitar que se pense que houve má vontade da diretoria com a Interclínicas.

Luiz César Ambrogi, por sua vez, explicou como se deu a regulamentação dos planos de saúde pela Agência Nacional de Saúde, e que os aumentos das mensalidades se deram por conta do aumento do custo hospitalar. "Infelizmente, ao contrário da indústria, toda a tecnologia da medicina acaba custando muito caro", disse complementando com a notícia de que a Interclínicas "está finalizando uma parceria com um grupo financeiro extremamente forte, que irá fortalecer as nossas estruturas financeiras. No entanto, juridicamente vamos continuar da mesma forma, uma vez que não é uma participação societária e sim uma parceria na área de administração comercial. Os serviços de processamento de compras médicas serão feitos por essa empresa e nós faremos a gestão da área da saúde, ou seja, protocolos médicos, medicina preventiva e utilização de recursos próprios da nossa rede". Ambrogi afirmou que a proposta foi assinada no dia 18 de julho, cuja parceria deverá estar concluída nos próximos dois meses. De acordo com o diretor-financeiro, depois disso a Interclínicas será a maior empresa de medicina do País.

Ao final da reunião o presidente da APAMAGIS propôs que a Interclínicas autorizasse a volta dos associados que migraram para outros planos de saúde nas mesmas condições que tinham antes e sem carência. A proposta foi aceita prontamente por Ambrogi.

E no dia 9 de agosto, a diretoria da APAMAGIS mais uma vez reuniu-se com o gerente-geral da Interclínicas, Fábio Antonio Monteiro Diogo, e com o presidente da Gama Saúde, Ademar Larine, em razão da veiculação na imprensa da assinatura da parceria entre as duas empresas. Os representantes da Gama e da Inter esclareceram à diretoria da APAMAGIS que a concretização do negócio ainda está dependendo do término da avaliação da conveniência ou não da contratação da parceria. As duas empresas, no entanto, comprometeram-se a dar tratamento diferenciado à APAMAGIS, levando, em primeira mão, ao conhecimento de seus diretores o resultado do protocolo de intenções que vierem a formalizar.

Novidades para os associados

Novos serviços e convênios estão à disposição dos associados com comodidade e preços baixos

A partir de setembro os associados poderão contar com uma série de novos convênios firmados pela APAMAGIS com empresas que irão oferecer produtos e serviços a Associação com exclusividade e vantagens nos serviços e nas condições de pagamento.

O diretor do Departamento de Convênios, des. João Alfredo Oliveira Santos e o diretor-adjunto, Eduardo Marcondes são os responsáveis pelas negociações dos convênios.

Nos dois últimos meses, a Associação firmou parceria com a empresa de telefone celular TIM, que é um plano corporativo de telefonia; com a HONDA, que permite ao associado adquirir automóveis da marca diretamente da fábrica; com as Universidades Unip, Fadisp e Unicapital, que oferecem descontos que variam entre 18% a 25%. O convênio com a Anhembi Veículos foi reestruturado e agora o associado obtém desconto de 30% na mão-de-obra e 25% na troca de peças GM e ACDelco. Nas revisões, na troca de óleo e do filtro é gratuito. O serviço de guincho, no perímetro urbano e na região do ABCD, é cortesia.

Foram fechadas parcerias com o centro de estética Beauty House e com a médica especialista em cirurgia plástica Maria Cláudia S. Giometti. O cartão de crédito Credicard também faz parte da rede de convênios, oferecendo ótimos benefícios para quem adquiri-lo. Há também uma parceria com a empresa Tec Computer para a aquisição de computadores de mesa e notebooks das marcas Toshiba, Sony, Accer e HP, sendo que com a Toshiba o associado pode adquirir produtos de informática.

E as novidades não param por aí, agora os associados podem contar com a Farmácia da APAMAGIS e com a Livraria Virtual. Na Farmácia o associado pode obter medicamentos com descontos que variam de 26% a 50%, e com a vantagem da entrega em domicílio, mediante taxa de entrega de R$ 2,00. Para obter o medicamento com desconto, é preciso que o associado entre em contato com o Departamento de Atendimento da APAMAGIS e faça seu pedido, o departamento cuidará da forma de pagamento e do desconto do medicamento. Se o associado entrar em contato direto com a empresa, não irá obter o desconto, ainda que ele prove ser associado da APAMAGIS.

Já a Livraria Virtual oferece descontos de 35% sobre preço de tabela. A compra poderá ser realizada pelo *site* da Associação ou pelo Departamento de Atendimento. A taxa de entrega varia conforme a quantidade de livros requisitados. A assessoria jurídica da Associação também foi implementada. Hoje há mais dois escritórios de advocacia à disposição dos associados.

De acordo com Eduardo Marcondes, o objetivo do diretor do Departamento de Convênios é investir nos seguros de vida, de residência e de automóveis, além de oferecer melhores condições de preços e de atendimento nas áreas de saúde e de seguros. Para isso já foi firmada a parceria com a Porto Seguro.

O Banco Banespa também apresentou ao Departamento de Convênios um programa especial de crédito imobiliário e de fi-

continua na próxima página...

Convênios e parcerias para oferecer serviços com comodidade e bons preços

FIQUE ATENTO, POIS NOVOS CONVÊNIOS SERÃO FECHADOS PELA APAMAGIS NOS PRÓXIMOS MESES, COMO BLINDAGEM DE VEÍCULO E COM UMA ESCOLA NÁUTICA, LOCALIZADA NA REPRESA DO GUARAPIRANGA. E PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE OS CONVÊNIOS BASTA ENTRAR EM CONTATO COM O DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO DA APAMAGIS OU AINDA PELO *SITE* DA ASSOCIAÇÃO WWW.APAMAGIS.COM.BR.

nanciamento de automóveis. O diretor-adjunto, afirmou que "as taxas são as menores do mercado e que não existe nenhum outro banco que dê uma taxa menor do que a obtida através da parceria entre a APAMAGIS e o Banespa".

Para a utilização dos novos serviços é necessário que o magistrado ou agregado apresente à empresa a carteirinha de associado, para comprovar o vínculo com a APAMAGIS. Caso o cliente não disponha de carteirinha, a empresa se encarregará de ligar para a Associação a fim de confirmar o cadastro do cliente.

O diretor ressaltou que a APAMAGIS não está obtendo vantagens sobre esses convênios e que a satisfação da Associação é poder proporcionar benefícios e vantagens aos magistrados e seus familiares.

CURSO NO EXTERIOR

Juízes participarão de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado nas universidades de Lisboa e Coimbra

A Associação dos Magistrados Brasileiros, após analisar os currículos, definiu os nomes dos magistrados e magistradas que participarão de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado nas universidades de Lisboa e Coimbra, em Portugal, no período 2004/2005. O critério adotado foi a distribuição dos classificados por estados de origem e por área de atuação,

A comissão de seleção foi formada pelos magistrados Renato Martins, secretário-geral da Escola Nacional da Magistratura; Marcelo Tolomei, diretor da Justiça do Trabalho da ENM e Marco Antônio Marques da Silva; pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça Paulo Gallotti, Fátima Nancy Andrighi e Eliana Calmon, além de Gétulio Corrêa, diretor da ENM, e do Ministro João Otávio de Noronha.

Os classificados para a Universidade Clássica de Lisboa são: Elaine da Silva Ramos Cantuária (Amapá); Antônio Mário Castro Figliolia (São Paulo); Carlos Magno Rocha da Silva (Goiás); Fabiana Silveira Karan (Paraná); Guilherme Guimarães Feliciano (São Paulo); Fernando César Rodrigues Salgado (Goiás); Paulo César Cavalcanti Macedo (Sergipe) e Luiz Antônio de Paula Iennaco (Minas Gerais).

Já os classificados para a Universidade de Coimbra foram: Nelson Melo de Moraes Rego (Maranhão); Artur Jenichen Filho (Santa Catarina); Jurandir de Abreu Júnior (São Paulo); Regina Lúcia Passos (Rio de Janeiro); Sueli da Silva Neirs (Paraná); Paulo César Salomão (Rio de Janeiro); Carlos Roberto Rosa Burck (Rondônia) e Marta Lúcia Ramos (Rio Grande do Sul).

Visando a oferecer aprimoramento e oportunidade de reciclagem aos magistrados paulistas, a Escola Paulista da Magistratura em parceria com a APAMAGIS oferecerá, em breve, três novos cursos de pós-graduação para juízes do Interior. Aguardem.

NOTÍCIAS AMB NOTÍCIAS AMB NOTÍCIAS AMB NOTÍCIAS AMB NOTÍCIAS AMB

Os rumos da magistratura

A Diretoria Executiva da APAMAGIS tem acompanhado os rumos da magistratura nacional em Brasília

Além da preocupação com os assuntos relacionados à APAMAGIS, aos quais tem se dedicado integralmente, o des. Celso Limongi também está atento às questões que envolvem a magistratura nacional. Em razão disso, constantemente Celso Limongi tem ido a Brasília para participar de reuniões com colegas de outros estados, na Associação dos Magistrados Brasileiros.

Com a finalidade de apresentar propostas prioritárias à reforma do Judiciário, inclusive tentando encaminhá-las para votação em plenário, no mês de agosto, por exemplo, o presidente da APAMAGIS, des. Celso Limongi, e o diretor-secretário, Cláudio Emanuel Gracioto, reuniram-se com a Comissão Legislativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juntamente com entidades ligadas a Justiça do Trabalho, a Associação dos Magistrados do Amazonas (Amazon), a Associação Alagoana de Magistrados (Almagis). participaram de audiências com líderes do PSDB (AM), PFL (RN), PDT (AM) e PMDB (AL).

Magistrados de vários estados reuniram-se com senadores de todas as bancadas para assegurar a apreciação dos destaques para votação em separado na reforma do Poder Judiciário, para isso a Comissão Legislativa da AMB manterá um plantão no Senado Federal.

A APAMAGIS, representada pelo seu diretor-secretário, o juiz Cláudio Gracioto, juntamente com a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Magistrados Catarinenses e a Associação dos Magistrados de Pernambuco reuniram-se com o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), líder das bancadas minoritárias no Senado Federal. Os magistrados decidiram enviar comunicados a todas as associações filiadas para manterem contatos com os senadores nos estados.

As principais reivindicações são a súmula impeditiva de recurso no lugar da vinculante; a composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sem elementos de fora da magistratura; a eleição direta para os cargos diretivos nos Tribunais; a não federalização dos crimes contra direitos humanos; a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais na atual configuração; a oposição à tentativa de retornar ao texto da reforma a atribuição do CNJ para demitir magistrados por ato administrativos e a manutenção do atual critério de promoção.

O Conselho Executivo da AMB divulgou nota oficial pela defesa do preenchimento de todos os cargos da estrutura judiciária do Estado através de concurso público, leia a íntegra:

"A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB -, por seu Conselho Executivo reunido em São Luís – Maranhão, vem a público expressar sua firme posição na defesa do Concurso Público como forma indispensável para o provimento de cargos públicos e, particularmente, no Poder Judiciário.

Neste especial momento por que passa o Poder Judiciário brasileiro é fundamental reafirmar os princípios constitucionais da eficiência, da moralidade e da transparência, além do princípio republicano da igualdade de condições de acesso aos cargos públicos, revelando-se essencial à administração pública – nela incluído o Judiciário -, a preservação e a valorização do concurso público como garantia constitucional da própria democracia."

Reforma do Judiciário em debate

Alunos, desembargadores, professores e operadores do Direito prestigiaram exposição sobre o Poder Judiciário

No último dia 18 de agosto, o des. Celso Luiz Limongi proferiu palestra no anfiteatro do Gabinete dos Desembargadores, Paulistão, sobre "Controle Externo". Esse foi um dos temas escolhidos para a abertura do "Encontro Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica — ABMCJ", promovido por iniciativa da ABMCJ em parceria com a APAMAGIS, e coordenado pela presidente da ABMCJ, Gisela Zilsch, e pelo desembargador Antonio Rulli Junior, coordenador científico do projeto. O encontro foi realizado entre os dias 18 e 20 de agosto último, no auditório do Paulistão, tendo como tema principal: "A Reforma do Poder Judiciário: E Agora?"

Autoridades do Judiciário, do Legislativo e do Executivo discutem a reforma do Judiciário

Durante os três dias do Encontro importantes itens da reforma do Judiciário foram apresentados e debatidos por autoridades dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. No primeiro dia de exposição os temas em discussão foram: "Controle Externo", "Súmula Vinculante", "Juizados Especiais", "Liberdade de Expressão" e "Lei da Mordaça", para expor e debater esses aspectos foram convidados os desembargadores Celso Luiz Limongi, Antonio Rulli Junior e Antonio Carlos Viana Santos; o procurador-geral de Justiça, Rodrigo César Rebello Pinho; a ministra Fátima Nanci Andrighi e o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania Alexandre de Moraes.

No segundo dia de exposição, estiveram presentes o presidente da OAB/SP, Luiz Flávio Borges D' Urso, e o vereador Arselino Tatto, presidente da Câmara Municipal. Os temas apresentados foram "O papel da OAB e as Carreiras Jurídicas" e a "Internet Judiciária". No terceiro e último dia, estavam presentes o presidente do Tribunal de Justiça, des. Luiz Elias Tâmbara; o des. Sebastião Luiz Amorim, vice-presidente da APAMAGIS; o des. Hamilton Elliot Akel, que falaram a respeito das "Verbas destinadas ao Poder Judiciário". O des. Alvaro Lazzarini, presidente do TRE, e o ministro Sydney Sanches falaram sobre a "Infra-estrutura do Poder Judiciário".

> Durante três dias, importantes itens da reforma do Judiciário foram apresentados por autoridades dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo

Segundo o des. Antonio Rulli Junior "o encontro alcançou tal êxito em sua finalidade, estrutura, organização, assim quanto aos temas e aos conferencistas que reuniu cerca de 65 participantes, chegando a obter a freqüência de 93 pessoas em dias de maior abrangência". O evento também contou com a participação especial de magistrados da República de Angola.

O Encontro obteve o apoio da Academia Paulista de Magistrados - APM; da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional São Paulo - OAB/SP; da Câmara Municipal de São Paulo; do Departamento de Investigações sobre Narcóticos — Denarc; do Tribuna do Direito e do Consultor Jurídico — Conjur, além da participação da Rádio Jovem Pan.

Um Estado superlativo

Com várias novidades e muito trabalho, o TRE de São Paulo já está com tudo preparado para realizar as eleições municipais

No próximo dia 3 de outubro a mídia brasileira estará com suas atenções voltadas para o maior eleitorado do País, o Estado de São Paulo. Nesse dia, somente na Capital paulista mais de 7,7 milhões de eleitores irão às urnas para eleger prefeito, vice-prefeito e vereadores. Os números são estratosféricos, pois há 27.055.014 eleitores em todo o Estado e, para se ter uma idéia da representatividade desses números, no Brasil são 121 milhões.

À frente da condução do atual processo eleitoral está o des. Alvaro Lazzarini, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que antecipou as novidades que serão postas em prática no dia 3 de outubro. A primeira é a transmissão do resultado em tempo real. A mesa receptora vai encaminhar o resultado da votação para a Junta Eleitoral e não mais para os Cartórios Eleitorais como ocorria antigamente. As Juntas, por sua vez, encaminham, também *on-line*, para os computadores do Tribunal Eleitoral. A medida evita o transporte do disquete para o Cartório. A outra novidade é o 'mesário voluntário', que pode, inclusive, se inscrever pelo *site* do Tribunal. "A medida evita o constrangimento da convocação obrigatória, pela lei. Até o momento, recebemos cerca de dezesseis mil inscrições, porém, somente cerca de nove mil foram aproveitados", disse Lazzarini, acrescentando que a necessidade do Estado de São Paulo é 305 mil mesários.

Lazzarini: esforços para que nada saia errado nas eleições

Complicações

Outro impasse que o des. Lazzarini contornou foi o corte de R$ 10 milhões no orçamento. O corte prejudicou a compra de uma nova central de telefone para atender o eleitorado no dia da votação. Entretanto, com uma sobra de orçamento do ano passado o presidente autorizou a compra de aparelho de fax para todos os Cartórios Eleitorais do Interior do Estado. "A verba anual é de cerca de R$ 40 milhões, entre pessoal e custeio. Solicitamos R$ 24 milhões para custeio e o TSE nos deu R$ 14 milhões. Para a manutenção de pessoal pedimos R$ 20 milhões e recebemos R$ 9 milhões. Por meio de gestões junto ao TSE, consegui suplementação de verba para o vale alimentação dos mesários. Também pretendia trocar o nosso sistema telefônico de atendimento ao público que tem mais de 20 anos de uso, mas como atender a 27 milhões de eleitores num sistema que possui 20 ramais? O TSE faz o corte linear, quando na verdade deveria utilizar uma metodologia proporcional ao número de eleitores. Temos Zonas Eleitorais com mais de 400 mil eleitores, Parelheiros e Grajaú têm cerca de 1 milhão. Ao passo que Florianópolis, Capital de Santa Catarina, por exemplo, tem 200 mil, garanto que não temos nenhuma Zona com esse número."

Todas essas questões são administradas concomitantemente com os mais de 300 processos que chegam semanalmente e que têm prazos exíguos para serem julgados. Os registros de candidatos devem ser julgados em 72 horas, propaganda eleitoral em até 48 horas e direito de resposta em 24 horas. Os seis relatores recebem processos o dia todo, inclusive em casa, pois na sessão seguinte os processos devem estar prontos. "A Justiça Eleitoral não trabalha somente nas eleições, como costumam dizer. Nós realmente trabalhamos e no período eleitoral trabalhamos até tarde da noite, muitas vezes as sessões se alongam pela madrugada", desabafou Alvaro Lazzarini.

O presidente afirmou que tem esperança de que o eleitor votará conscientemente e que guardará os nomes de seus candidatos para, posteriormente, cobrar as promessas de campanha "espero que os candidatos cumpram a lei, porque da minha parte eu cumpro e faço cumprir".

No *site* do TRE/SP — *www.tre.sp.gov.br* — há vários serviços à disposição do eleitor como por exemplo a denúncia *on-line* de propaganda eleitoral; emissão da certidão de quitação eleitoral, serviço que pode ser utilizado de qualquer parte do mundo. O eleitor também encontrará os endereços dos Cartórios eleitorais e conhecer o funcionamento da urna eletrônica.

Dados do Estado de São Paulo (eleitorado apto 2004)

	ELEITORADO	N.° DE ZONAS	SEÇÕES	LOCAIS DE VOTAÇÃO	PESSOAL ENVOLVIDO	URNAS ELETRÔNICAS
Capital	7.771.503	42	17.142	1.919	93.236	26.368
Interior	19.283.511	359	43.437	7.456	250.005	47.182
Estado	27.055.014	401	60.579	9.375	343.241	73.550

FONTE: TRE/SP, JUNHO DE 2004

Vida de juiz

O volume de processos em tramitação é inadequado e faz com que o magistrado trabalhe no limite em todas as Varas da Justiça estadual

A dura realidade do cotidiano do magistrado paulista contraria o relatório intitulado "Diagnóstico do Poder Judiciário", realizado pela Fundação Getúlio Vargas e divulgado pelo Ministério da Justiça, no último dia 16 de agosto. Entre outros apontamentos, o documento conclui que os magistrados brasileiros produzem pouco e ganham muito. As evidências desmentem o relatório, uma vez que o documento não corresponde à realidade, porque, às vezes, um único caso exige tempo, esforço e dedicação exclusiva do juiz. Somente aqueles que testemunham o dia-a-dia de juiz sabem que o volume de trabalho engole o magistrado, rouba-lhe seu tempo de convívio social e familiar e impede até a prática de esporte.

A prática diária da distribuição da Justiça revela que se trabalha muito mais na Justiça do que em outros órgãos públicos. Há exatos quatro anos — setembro de 2000 —, a *Tribuna da Magistratura* fez uma matéria em que apontava a batalha de alguns juízes para conseguir conciliar trabalho, família, estudos e vida social. Passados quatros anos o dilema continua o mesmo e até piorou, por conta dos litígios que deságuam no Poder Judiciário. O fato é que continuam as filas nos Cartórios e, em muitos deles, os processos estão espalhados pelo chão porque não há lugar para acomodá-los. No Fórum Central "João Mendes Jr", por exemplo, para dar espaço aos novos processos, as caixas dos processos arquivados ficam nas salas dos juízes, antes de serem encaminhadas para o arquivo do Tribunal de Justiça.

Sensibilidade do juiz

A frieza e a seriedade do Fórum Central é quebrada quando se chega no corredor do 11.° andar, em frente ao gabinete da 32.ª Vara Cível. Com uma breve passada de olhos é possível perceber que se está diante de um ambiente diferente. O toque feminino e a sensibilidade podem ser sentidos já na parte externa da sala, onde se pode apreciar quadros com fotografias de praias e paisagens pitorescas, além de textos que mexem com os sentimentos das pessoas. O conjunto confere ao local leveza e descontração. Do lado interno, a sala do juiz, é a continuidade do ambiente exterior, porém com muito mais profusão. Além de mais quadros, vasos e vasinhos de plantas não deixam espaços ociosos e disputam o lugar com o brasão do Sport Clube Corinthians, entre outras lembranças que remetem ao clube — paixão da titular da Vara. Na mesa principal, a de audiência, uma estátua da deusa Themis, símbolo da Justiça, percebe tudo à volta e, por certo, com grande satisfação, porque sabe que naquele lugar a Justiça é aplicada com sensibilidade e humanidade. Todo esse cenário é embalado por uma suave música ao fundo, mesmo no momento da audiência. E até as partes e os advogados recebem um cafezinho de cortesia.

Maria Lúcia Pizzotti: "ser juiz é acima de tudo ter sensibilidade"

"Acho que ser juiz é acima de tudo ter sensibilidade. É entender que não é só a letra fria do contrato que pode resolver o processo. É entender, é ter a certeza de que o juiz é a única esperança da sociedade. São conceitos que uso em minha Vara." A definição é da juíza Maria Lúcia Ribeiro de Castro Pizzotti Mendes, casada e mãe de quatro filhos. Há 17 anos na magistratura ela tem sob sua responsabilidade 6.700 processos em andamento.

Mas como conciliar milhares de processos, vida familiar e social? De acordo com Maria Lúcia, tem de ter muita responsabilidade para manter a freqüência exata do andamento dos processos, caso contrário o acúmulo de serviço seria maior. "Minha rotina inclui necessariamente abrir mão do lazer e do convívio familiar." Para não prejudicar o serviço, a magistrada sacrifica o sono quando leva serviço para casa e, para ficar mais com as crianças, geralmente ela sentencia das 23h à 1h30. "É verdade que não tenho muito tempo para fazer programas meus, mas as tarefas eu divido com o meu esposo, que é extremamente solicito e dedicado." Ela frisou que por opção, a sua vida é dedicada aos filhos, principalmente nos finais de semana. Maria Lúcia levanta-se às 6h30, chega ao Fórum por volta das 12 horas e nunca sai antes das 20 horas.

Sobre o toque feminino imprimido ao gabinete ela conta que foi a ma-

neira de mostrar às pessoas que ali há humanidade. "Desejo que as pessoas venham aqui sabendo que não sou inimiga delas. E quando elas vêem um quadro, um vaso de planta e ouve a música ao fundo com certeza elas pensarão 'essa juíza é gente como eu'". A magistrada conta um caso comovente ocorrido no ano passado. Trata-se de uma carta escrita por uma advogada que tocou a todos. "A advogada agradecia a minha decisão. Era um caso envolvendo um plano de saúde que não queria dar o tratamento à paciente. Era uma situação de saúde gravíssima. Pois bem, dei uma liminar determinando a internação, acho que o caso até terminou em acordo. Infelizmente a paciente morreu. Algum tempo depois a advogada enviou uma carta, na qual dizia que, para a cliente dela, aquela decisão foi a única tábua de salvação que ela encontrou durante todos aqueles meses de sofrimento. E saber que ela poderia contar com o Poder Judiciário representou a solução para o caso, no aspecto contratual."

Para Maria Lúcia, a profissão de juiz é muito difícil porque a carreira exige muitos sacrifícios. "Mas apesar de todo o trabalho é uma delícia, porque vemos o resultado, embora o processo demore, o resultado é palpável. Adoro o contato com as partes, com os estagiários, com os meus funcionários e com os advogados." A magistrada é mestre em Direito Penal e adora lecionar, embora tenha sido obrigada a pedir licença porque não estava dando conta de tantos afazeres. Além dos 6.700 processos de sua Vara ela é a coordenadora do Setor de Conciliação em 1.° grau no Fórum Central "João Mendes Jr".

Compromisso com a verdade

Por conta da greve dos servidores da Justiça, a prioridade na 19.ª Vara Cível são os casos urgentes e, das audiências marcadas, somente uma não foi realizada porque não foram expedidos os mandados para a intimação das testemunhas. O juiz Afonso Celso da Silva, que está respondendo como titular da Vara, que possui cerca de 7 mil processos em andamento, foi para o Fórum Central em fevereiro desse ano. Antes de optar pela magistratura, na qual atua desde 1990, ele foi procurador do Estado, mas logo percebeu que das carreiras jurídicas a única que tem compromisso com a verdade e com a consciência é o juiz. "O juiz não tem compromisso com as partes ou com o poder econômico."

Afonso Celso: a magistratura tem compromisso com a verdade e com a consciência

Só que Afonso Celso não imaginava que iria enfrentar tantas dificuldades a partir do momento em que passou a judicar. Além de descobrir que o juiz é uma pessoa solitária deparou-se com a falta de material e de recursos humanos. A primeira dificuldade é em relação ao apoio logístico, segundo a sua definição. "Não tenho um computador somente para mim. Em minha sala há um computador que é da escrevente. Outro exemplo é o Cartório, que possui cinco seções e apenas quatro computadores. Isso faz com que a produtividade fique aquém das expectativas. Isso provoca o aumento da litigiosidade entre juiz e advogado. Precisaríamos ter um sistema de informática ágil, com acesso *on-line* do andamento dos processos. Isso com certeza diminuiria o trânsito de milhares de pessoas no Fórum." A outra dificuldade apontada por Afonso Celso é a falta de funcionários. Ele, inclusive, sugere que o juiz de primeiro grau tenha um auxiliar que prepare as pesquisas de doutrina e jurisprudência, que irão ajudar na hora do julgamento.

Afonso Celso é noivo e mora sozinho, mas essa condição não o livra de ter uma vida atribulada. Ele acorda todos os dias às 6h30, chega ao Fórum por volta das 9h e dá expediente até às 19h30. Ele nunca dorme antes da meia noite. Como se não bastasse ainda leciona Direito Processual Civil, na Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP. Embora tenha o apoio da família e da noiva, ele confessa que de vez em quando a noiva diz para ele dar 'um tempo'. "Apesar da correria quem faz seu tempo é você mesmo, de acordo com as suas prioridades."

Segundo o magistrado, o salário dos juízes paulistas é o menor da Federação comparado com outros Estados que oferecem alguns benefícios, como cursos de especialização ou pós-graduação, sem prejuízos dos vencimentos. "Se compararmos o salário do juiz com o que ganha a média da população, claro que o magistrado ganha bem. Mas quando analisamos sua responsabilidade e o preparo que ele tem, verificamos que o juiz ganha mal." Diante de todas essas dificuldades, Afonso Celso garante que vale a pena ser juiz porque "quem gosta do que faz não encara como trabalho, mas como algo prazeroso", finalizou.

Ritmo acelerado

O Fórum Central abriga duas Varas de Registros Públicos, sendo que o respon-

Márcio Bonilha Filho: ritmo intenso para dar conta dos processos

sável pela 2.ª Vara, que tem 11.100 processos em andamento, é o juiz Márcio Martins Bonilha Filho. Uma das particularidades dessa Vara é que nenhum documento vem do Cartório, e as conclusões de todos os documentos ficam por conta juiz. "São pilhas e pilhas de processos que demandam estudo para serem despachados e deliberados". Mensalmente são distribuídos, para ambas as Varas, cerca de 750 processos e, em média, são resolvidos 600. Essas Varas se destacam pelas ações de usucapião de bens e imóveis. O titular da 1.ª Vara tem sob sua responsabilidade a corregedoria do Registro de Imóveis, já a 2.ª Vara fica com o Tabelionato de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais.

Embora conte com duas juízas-auxiliares para ajudá-lo, o expediente de Bonilha Filho imprime um ritmo intenso em sua rotina diária de trabalho, que começa invariavelmente às 10h30 e se estende até às 18h30, mas as auxiliares também ficam até mais tarde. Para o excesso de trabalho não comprometer seu convívio familiar, o magistrado afirma que procura não levar para casa os problemas do serviço. "Como regra não costumo levar processos para casa, entretanto, há casos que necessitam de um estudo mais detalhado ai é inevitável e acabo levando para casa, principalmente nos finais de semana."

Ele conta que o expediente na sala dele é uma verdadeira incógnita, pois ao mesmo tempo em que terminam as audiências também pode chegar algo muito urgente que precisa ser resolvido na hora. O magistrado comentou que por conta a greve dos servidores sua sala se tornou um Cartório para recebimento de expediente. Como somente os chefes dos Cartórios estavam trabalhando, por isso ele estava pegando somente os casos urgentes, como casos de óbitos e habilitações de casamento.

Por causa do ritmo desenfreado de trabalho o magistrado abriu mão de dar aulas e afirmou que fica quase impossível fazer cursos de especialização ou de reciclagem. A única coisa que ele não abre mão é das corridas matinais, mas para isso acorda às 5h20 e às 6h20 já está correndo. Ele corre todos os dias da semana, além de participar de competições oficiais na categoria Meia Maratona. "Correr me ajuda muito, oxigena minha cabeça e serve de estímulo. Márcio Bonilha se diz apaixonado pela magistratura, acrescentando que apesar das dificuldades a carreira é gratificante, porém tem de contar com o respaldo familiar. Ele está na carreira desde 1988 e é filho do des. Márcio Martins Bonilha.

> Por causa do ritmo desenfreado de trabalho o magistrado abriu mão de dar aulas e afirmou que fica quase impossível fazer cursos de especialização ou de reciclagem

Magistratura no sangue

Atuando no Fórum Central, cujo movimento é comparado ao de uma cidade de pequeno porte, por causa do grande número de pessoas que transitam por ele todos os dias, o juiz Alexandre Alves Lazzarini, da 16.ª Vara Cível, tem a magistratura nas veias. Ele é filho e neto de desembargadores. Sob sua responsabilidade há cerca de 6.600 feitos. No entanto, ele observa que quando assumiu a Vara, em março de 2000, não era assim. "O volume de processos extintos é menor do que os novos processos. Vale lembrar que as Varas Cíveis do Fórum Central acolhem todas falências e concordatas, por ser de sua exclusiva competência."

Evidentemente que a vida pessoal sofre os reflexos em razão do volume de trabalho, e Alexandre acredita que, diante da necessidade de produzir, os juízes perderam alguns valores, como o convívio familiar, por exemplo. "Graças a Deus minha esposa compreende a situação. Se não tomarmos cuidado colocamos fim nas relações afetivas e passamos a ser o pai ou a mãe ausentes, por causa do trabalho." Alexandre fala que aprendeu a administrar o excesso de trabalho e que procura fazer as refeições com esposa e com as crianças — ele tem duas meninas —, e nos finais de semana a prioridade são os passeios com a família. Mas mesmo assim ele ainda leva serviço para casa. Ele também leciona Direito Processual Civil, na PUC, e Direito Civil, no Mackenzie e ainda pratica natação duas vezes por semana. "Veja, é uma questão de saber administrar e valorizar as coisas. Eu aprendi porque vi como meu pai e meu avô faziam".

Alexandre Lazzarini prioriza os finais de semana para ficar com a família

Difícil também é administrar a falta de estrutura que, segundo Lazzarini, são ruins. Ele pondera, no entanto, que se para o juiz é ruim, para os funcionários é péssimo. "Eles se esforçam muito e posso dizer que o atendimento prestado por eles é muito melhor que muitas empresas que possuem o ISO 9000. A minha escrevente de audiência faz, além do serviço dela, o papel de secretária e o serviço de Cartório. Em minha sala temos três computadores, dos quais dois são meus. Também compramos tinta para a impressora, canetas e colocamos espiral em livros de folhas soltas, além de outros materiais de escritório." Lazzarini reconhece o esforço do Tribunal de Justiça para melhorar as condições de trabalho, mas sempre emperram na falta de verbas e na logística do Fórum Central, que é muito grande.

Alexandre chega ao Fórum ás 12h30 e nunca sai

antes das 19h30 e, ainda, nas manhãs das quartas-feiras ele atua no Colégio Recursal do Juizado Especial Cível. O magistrado, que começou a trabalhar no Judiciário em 1982 e foi empossado como juiz em 1988, afirma que apesar de todas as dificuldades pretende seguir o exemplo de seu pai e de seu avô, ou seja, aposentar-se pela compulsória.

Semelhanças

A realidade dos juízes que atuam nos Fóruns Regionais da Capital e nas Comarcas do Estado também não é diferente da dura rotina de seus colegas do Fórum Central "João Mendes Jr". O diretor do Fórum Jabaquara, Adilson de Andrade, destaca que são distribuídos mensalmente cerca de 250 feitos por Vara. Ele que foi titular da 2.ª Vara Cível durante dez anos, até junho de 2004, fala que sua Vara tinha cerca de 8 mil processos em andamento, média que ainda prevalece, inclusive, nas demais Varas do Fórum. A única solução para ele dar conta de tantos feitos era levar serviço para casa, o que fazia rotineiramente. "Sacrifício existe em todas as profissões e em casa há certa tranqüilidade para estudar o processo e sentenciar porque não há interferência de outros afazeres inerentes à profissão e que fazem parte da rotina do juiz." O magistrado ministrava aula de Direito Processual Civil mas teve de parar porque estava tomando muito de seu tempo e prejudicando o serviço na Vara. A conseqüência do ritmo de trabalho refletiu-se em sua saúde. Agora, Adilson de Andrade está retomando o curso de Direito de Família, na Escola Paulista da Magistratura.

O juiz Paulo Sérgio Romero Vicente Rodrigues, diretor do Fórum da Comarca de Votuporanga e coordenador regional da APAMAGIS, assinala que no Interior, diferentemente da Capital, o juiz além de suas funções jurisdicionais no Fórum também tem de participar da vida social do município, como inaugurações de escolas, de postos de saúde, de delegacias e solenidades em geral. O magistrado ressalta que nesse momento por causa da greve dos servidores teve suas tarefas aumentadas, uma vez que ele tem de pôr o Fórum para funcionar.

Adilson de Andrade: saúde prejudicada em função do excesso de serviço

Votuporanga está localizada na região noroeste do Estado e fica 520km distante da Capital, tem quatro Varas, todas cumulativas, e a média de feitos por Vara é de cerca de 3 mil feitos cíveis, mil criminais, mil no Juizado Especial Cível e 8 mil execuções fiscais. "O juiz do Interior tem de ser um clínico geral, no sentido de entender um pouco de tudo, além do mais, na Capital o juiz é anônimo, mas no Interior ele faz parte do todo e não tem vida privada." Bem humorado, Paulo Sérgio conta casos inusitados sobre acontecimentos protagonizados pelos juízes da cidade: "por exemplo, no ano passado, o dono do cinema, tentando resgatar uma antiga tradição, reservou um assento com a inscrição 'juiz' no encosto da cadeira. Se vamos jogar bola, os companheiros dizem 'passa a bola excelência'. Fui assistir a uma partida de futebol e assim que entrei no estádio logo veio a imprensa saber o que eu estava achando do jogo. Sem contar que nossos filhos são mais cobrados, é exigido deles uma conduta exemplar. Eles não podem tirar notas baixas e não podem ser alunos medíocres. E numa festa todos podem beber, menos o juiz."

Para ele o lado bom de judicar no Interior é que o processo flui com mais rapidez, pois é possível ouvir as partes no mesmo dia e se uma testemunha não comparece à audiência o juiz solicita uma viatura para buscá-la em casa. "Em São Paulo há mais litigiosidade, além das distâncias que dificultam a ida das testemunhas ao Fórum." Na definição de Paulo Sérgio, a magistratura é um sacerdócio, ao qual ele se dedica há 15 anos, embora sua caminhada no Judiciário tenha começado na 30.ª Vara Criminal, onde ele foi escrevente.

Já a Comarca de São Joaquim da Barra, a 381 km da Capital, possui duas Varas cumulativas e a responsável pela 1.ª Vara, onde tramitam cerca de 12 mil feitos, é a juíza Maria Clara Schmidt de Freitas, que ainda é corregedora do Cartório Extra-Judicial e diretora do Juizado Especial Cível. A magistrada é também coordenadora regional da APAMAGIS. Na carreira desde 1996, a juíza assegura que por causa do serviço não sobra tempo livre para fazer cursos, estudar e até mesmo para fazer exercícios físicos. Ela sugere que para aliviar o volume de serviço seria necessário a contratação de juízes substitutos. Maria Clara é casada e tem duas filhas e frisa que tem sorte de judicar numa cidade pequena porque, mesmo diante de tanto serviço, ainda é possível almoçar em casa com as crianças, embora sua rotina seja puxada. Ela chega ao Fórum às 8h30, sai para o almoço às 12 horas e retorna às 13h30, e só termina seu expediente ás 19 horas. De tanto digitar a magistrada desenvolveu um problema físico no braço, por isso, duas vezes por semana, ela faz fisioterapia. Por causa da dedicação quase que integral à judicatura de maneira alguma ela leva serviço para casa, porque uma vez em casa sua atenção é voltada para as filhas.

Dias depois da divulgação do "Diagnóstico da Justiça", o ministro Nelson Jobim finalmente admitiu que o relatório apresentado pela FGV era impreciso e anunciou que irá elaborar outro estudo da Justiça, para isso decidiu consultar um novo especialista. E até a conclusão desta matéria os servidores do Judiciário continuavam em greve.

Judiciário paulista abre-se às conciliações

Jurisdicionados já podem contar com conciliação em 1.º grau no Fórum Central

Já está funcionando desde o último dia 30 de agosto o Setor de Conciliação em 1.º grau no Fórum João Mendes Júnior. A solenidade de instalação do novo serviço foi presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, des. Luiz Elias Tâmbara, no Salão Nobre "Ministro Costa Manso".

A iniciativa é fruto da parceria entre o Tribunal de Justiça, da Escola Paulista da Magistratura — EPM — e do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais — CEBEPEJ — que contarão com o apoio de entidades especializadas na mediação.

O setor funcionará no Fórum João Mendes Júnior e receberá processos oriundos das Varas Cíveis Centrais envolvidas no projeto e que tratem de cobrança, reparação de danos causados em acidentes de trânsito, indenização por danos morais, execução, despejo por falta de pagamento e outras questões cíveis que envolvam direitos patrimoniais disponíveis das partes em que exista a possibilidade de conciliação. O departamento será coordenado pela juíza Maria Lúcia Ribeiro de Castro Pizzotti Mendes.

Os processos que contarem com uma provável conciliação e que estiverem em andamento nas Varas Cíveis Centrais atendidas pelo projeto, poderão ser encaminhados ao Setor que designará dia e hora para a sessão de conciliação. Se as partes entrarem em acordo, o recurso será reduzido a termo na própria sessão e será homologado de preferência, na mesma data designada pelo juiz. Caso as partes não entrem em acordo, o processo retornará à Vara de origem, retomando seu procedimento normal, desconsiderando a tentativa de conciliação em sessão anterior.

Segundo Kazuo Watanabe, presidente do CEBEPEJ, "a idéia consiste basicamente em investir mais tempo na pacificação dos conflitantes, para se obter a solução dos conflitos. Esse modelo trará a solução amigável ou a pacificação dos conflitos".

> A iniciativa é fruto da parceria entre o Tribunal de Justiça, da Escola Paulista da Magistratura — EPM — e do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais — CEBEPEJ — que contarão com o apoio de entidades especializadas na mediação

A idéia da conciliação entre as partes começou na gestão do des. Nigro Conceição, ex-presidente do TJ, como um projeto piloto de conciliação em 2.º grau. De todos os casos levados à mediação 50% resultaram em acordo. O presidente do TJ, Luiz Elias Tâmbara, espera que esse número aumente, porém, ele afirma que "a grande solução vem do 1.º grau, porque se as partes forem pacificadas no Setor de Conciliação, não haverá recursos nem para os Tribunais de 2.º instância, e nem para o TJ na seção de Direito Privado.

Para o ministro Hélio Quaglia Barbosa essa é uma das "soluções realistas, efetivas, verdadeiramente sinceras, produtivas, transformadoras de culturas, engajando todos os segmentos sociais e mais do que tudo, vinculando todos os Poderes ao compromisso de realizá-las e mais do que isso, de respeitá-las. Soluções como essa que se apresenta, que há de orgulhar o Judiciário paulista por seu mérito e pelos frutos que de certo produzirá a curto prazo, ao bem da pacificação social e da melhor prestação jurisdicional ao usuário da nossa Justiça".

A cerimônia de instalação do Setor de Conciliação também contou com a presença do des. Mohamed Amaro, vice-presidente do TJ; do des. José Mario Antônio Cardinale, corregedor-geral de Justiça; e do ministro Sydney Sanches, STF.

Conciliação em 1.º grau acelera trâmite dos processos

Judiciário paulista: 130 anos

Câmara Municipal homenageia presidente do Tribunal de Justiça e desembargadores

Por iniciativa do presidente da Câmara Municipal, vereador Arselino Tatto, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo recebeu da Câmara Municipal uma placa comemorativa, em razão do aniversário de seus 130 anos, completados esse ano. A placa foi entregue ao presidente, Luiz Elias Tâmbara, em sessão solene, realizada no último dia 3 de agosto. Os desembargadores do Tribunal também foram congratulados pela Câmara, cada um recebeu uma placa alusiva à data.

Vereador Arcelino Tatto homenageia integrantes do Tribunal de Justiça

Estiveram presentes na solenidade as autoridades: des. Celso Luiz Limongi, presidente da APAMAGIS; des. Luiz Elias Tâmbara, presidente do Tribunal de Justiça; des. Mohamed Amaro, vice-presidente do TJ; des. José Mario Antonio Cardinale, corregedor-geral da Justiça; Cláudio Tucci Júnior, chefe de gabinete da Secretaria de Justiça; Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, secretário de Negócios Jurídicos do Município de São Paulo, e José Renato Nalini, presidente do Tacrim.

A um passo da modernidade

Mais de 400 projetos concorrem ao Prêmio Innovare

Superou as expectativas dos organizadores o número de inscrições de práticas de gestão para a modernização do Judiciário para concorrer ao I Prêmio Innovare: O Judiciário do Século XXI. São mais de 400 projetos inscritos que antecipadamente sinalizam o êxito do principal objetivo da premiação, que é a criação de um banco de dados sobre os projetos de modernização em andamento em todo o País, de forma que todos os Tribunais possam conhecer e adotar as experiências bem sucedidas uns dos outros.

A premiação, promovida pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas e da Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB — está prevista para ocorrer no final do mês de setembro, em Brasília, DF.

"Na verdade, sabíamos que o prêmio teria boa aceitação, mas não esperávamos que a repercussão fosse tão intensa. O número de trabalhos inscritos é um indicador de que os juízes estão criando soluções para os problemas do dia-a-dia", declarou o juiz-auxiliar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Elton Leme, que também é coordenador do Centro de Justiça e Sociedade da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.

O coordenador disse que atualmente os trabalhos estão em fase de análise pela comissão julgadora, cujos integrantes estão indo aos locais onde esses projetos são colocados em prática para verificar pessoalmente a utilidades deles. Ele acrescentou que entre os trabalhos há muitas idéias criativas.

O prêmio, de R$ 50 mil ao vencedor de cada categoria — juiz-individual (práticas individuais de magistrados), juiz-coletivo (práticas de grupos de magistrados), Juizados Especiais (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) e Tribunais — será concedido pela comissão julgadora composta por pessoas de expressão nacional: os ministros do STF, Joaquim Barbosa Gomes e Eros Grau; o presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho; o presidente da Comissão de Ética Pública do Governo Federal, João Geraldo Piquet Carneiro; o sociólogo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Luiz Werneck Viana; o jornalista, Gilberto Dimenstein; a cientista política, Maria Tereza Sadek, do Centro Brasileiro de Estudos do Poder Judiciário (Cebepej) e o advogado e presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, José Paulo Cavalcanti Filho.

Elton Leme afirmou que o aspecto mais relevante dessa premiação é justamente trazer à luz as práticas bem sucedidas: "vamos sistematizar essas práticas e unir esforços para democratizá-las, disponibilizando-as num banco de dados para que todos os Tribunais do País tenham acesso a esses projetos". O juiz adiantou que as entidades organizadoras da premiação pretendem promover a segunda e até a terceira edição do prêmio Innovare.

Os novos juízes e a Previdência social

A APAMAGIS continua alerta com os rumos da reforma da Previdência

Na noite do último dia 12 de agosto o presidente da APAMAGIS, Celso Limongi, e o diretor do Departamento de Assuntos Legislativos, Ronnie Hebert Barros Soares, receberam os novos juízes na sede social para esclarecê-los sobre o novo regime de previdência social.

A Diretoria Executiva acompanha a reforma da Previdência desde 1996. Didaticamente e utilizando o sistema data show, Ronnie Hebert explicou as regras atuais do sistema e todos os tramites da reforma desde que se aventou mudar a forma de previdência social dos servidores públicos, em 1993, proposta pelo então deputado federal, Nelson Jobim. Depois de duas reformas, atualmente, encontra-se em andamento no Congresso Nacional a terceira reforma, a chamada PEC paralela, que visa a recuperar alguns pontos da reforma anterior.

Sempre alerta às mudança que podem ocorrer e seus impactos sobre os magistrados, o presidente da APAMAGIS, já na gestão anterior, e o juiz Ronnie Hebert eram membros de uma comissão e integravam o Comitê das Entidades Representativas dos Agentes Públicos. O objetivo do Comitê era unificar a linha de atuação para reverter pontos considerados prejudiciais ao projeto de reforma da Previdência. Limongi enfatizou que, não fosse o engajamento da APAMAGIS juntamente com outras entidades do funcionalismo público, os direitos dos servidores seriam subtraídos ainda mais. Ele aproveitou a reunião para anunciar que a Associação está estudando a possibilidade de instituir o fundo de previdência privada complementar. Para isso está mantendo contato com algumas instituições financeiras e também com outras entidades de carreiras jurídicas para viabilizar o sistema.

O Instrumental jurídico da Responsabilidade e da Reparação, no âmbito do Direito Ambiental

artigo

Geraldo Ferreira Lanfredi
Juiz de Direito aposentado, é doutorado em Direito Civil e Ambiental pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

1. RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO. COMPLEXIDADE DO TEMA. CONCEITUAÇÃO

Os termos "responsável" e "responsabilidade", que contêm a raiz latina s*pondeo* (:prometo, comprometo-me, garanto, obrigo-me) - *fó*rmula pela qual se ligava solenemente o devedor, nos contratos verbais romanos[1] - exprimem idéia de equivalência, de contraprestação, de correspondência, ou melhor, de obrigação, o que implica em dizer que "é uma repercussão obrigacional da atividade do homem".[2]

Na mesma linha de raciocínio e de forma mais elucidativa, a responsabilidade civil se apresenta como "obrigação que tem uma pessoa de reparar um procedimento contrário à ordem jurídica, que provocou lesão em alguém - *neminem laedere".*[3]

Ainda que responsabilidade e obrigação não se confundam, pois "exprimem situações diversas", não obstante "a responsabilidade é uma relação jurídica derivada do inadimplemento da relação jurídica originária" e "nada mais é que o dever de indenizar o dano".[4]

Responsabilidade, que é o núcleo fundamental para a reparação do dano, é tema da maior complexidade.

No exame desta doutrina, encontra-se o estudioso como que *in una selva oscura,* expressão tirada da *Divina Commedia*[5] para significar, com efeito, a obscuridade da matéria.

Responsabilidade civil cria para o agente a obrigação de reparar e, para o lesado, o direito à reparação. Assim, "é obrigado a reparar quem é tido como responsável pela causação do dano".[6]

Está, portanto, obrigado a reparar quem é tido como responsável por causar o prejuízo, cuja responsabilidade é de duas ordens: **contratual**, fundada em contrato (CC, art. 1056) ou **extracontratual**, também chamada de *aquiliana*, referente a qualquer agente que, por culpa ou dolo, causar dano a outrem, ficando obrigado a reparar (CC, art. 159). Com efeito, "le domaine de la responsabilité aquilienne embrasse tout fait de l'homme qui, en dehors de l'exécution d'un contrat, cause à autrui un dommage. Il est donc tout à fait indifférent, en principe, que ce fait tombe ou non sous le coup de la loi pénale, qu'il constitue une infraction ou simplesment un fait illicite civil. Dans l'un cas comme dans l'autre, il donnera lieu à réparation".[7]

2. A REPARAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DA POLÍTICA AMBIENTAL

2.1 REPARAÇÃO E RESPONSABILIDADE

A expressão "*reparação*" designa, comumente, a responsabilidade civil objetiva. Ao se usar "*reparação*", ao invés de responsabilidade, "já aí expressou a dispensabilidade de culpa, pois, em boa técnica, a obrigação de reparar afirma-se sem comportamento culposo, não havendo razão para acrescentar, pleonasticamente, *independentemente da existência de culpa.* Na ausência de culpa, já não é de responsabilidade civil que se trata, se bem que haja conveniência em conservar o *nomen juris*, imposto pela semântica: o problema transbordou desses limites. Trata-se, com efeito, de *reparação de dano".*[8]

Nota-se, neste sentido, que o art. 21, XXIII, alínea "c", da Constituição Federal, emprega a expressão *responsabilidade civil*, ao passo que o art. 225, § 3º., da Carta Magna usa a expressão *obrigação de reparar os danos*, que, como vimos, têm conotação diversa. Não obstante, como *responsabilidade* leva à idéia de culpa, para se evitar esse efeito há de se acrescentar à expressão *independentemente da existência de culpa*, enquanto a expressão *reparação,* como vimos acima, indica *a responsabilidade civil objetiva.*

2.2 O SURGIMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL, NO CAMPO DO DIREITO AMBIENTAL

Com a crise desencadeada, no séc. XIX, pela Revolução Industrial e o crescimento econômico, de forma agressiva ao meio ambiente, o Direito ampliou seu interesse pelo tema da responsabilidade Civil, primeiro no campo juspublicista do Direito Ambiental e, em seguida, junto ao Direito Privado, no combate aos danos ambientais.

Malgrado a responsabilidade civil seja um valioso instrumento de intervenção do Direito na vida da comunidade, no entanto, de início, havia certa rejeição à aplicação do princípio da responsabilização na área do Direito Ambiental. Prevaleceram, porém, fatores, que influenciaram na adoção deste princípio, tais como: a) a percepção de que os recursos naturais não são inesgotáveis, mas escassos e, portanto, valiosos; b) a intervenção solitária do Estado, via Direito Público, não era suficiente para proteger o meio ambiente; c) embora a prevenção e a precaução sejam importantes, os danos ambientais ocorrem normalmente em qualquer atividade;[9] d) maior sensibilização do Direito em relação às vítimas.

Juristas nacionais e estrangeiros entendem que não há opção viável superior à responsabilidade civil ambiental, dentro do sistema de tutela ambiental.[10]

2.3 INSTITUIÇÃO DE REGIME ESPECIAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA, NO DANO AMBIENTAL

Induvidosa a conveniência da incorporação da responsabilidade civil na relação dos instrumentos de proteção ambiental.

Pergunta-se, porém, o que leva o dano ambiental a merecer tratamento especial, diferenciado do convencional. As razões, dentre outras, são que "o bem jurídico tutelado integra a categoria daqueles valores fundamentais da nossa sociedade", pois o que se pretende preservar é a própria vida, não só individual ou coletiva, mas até das gerações futuras, além dos recursos naturais necessários à existência dos seres vivos; ademais, "a proteção do meio ambiente é informada por uma série de princípios particulares", como a difícil identificação dos sujeitos da relação jurídica obrigacional; o nexo causal complexo, considerado o Calcanhar de Aquiles da responsabilidade civil pelo dano ambiental, e a natureza fluida do dano ambiental em si mesma.[11]

2.4 OBJETIVOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL, NO CAMPO AMBIENTAL

"O objetivo clássico, primário, da responsabilidade civil, na área ambiental, é,

justamente, o da reparação em virtude dos danos sofridos pela vítima. Trata-se, pois, de uma **função fundamentalmente reparatória**."[12]

Outro objetivo de relevo é o de estímulo à prevenção de danos futuros.

Se na técnica reparatória ambiental o lema é *"quem contamina paga"* (princípio do poluidor-pagador), na prevenção – objetivo maior do Direito Ambiental e da moderna responsabilidade civil – passa a ser *"não contamine"*. Trata-se, no caso da prevenção, de um resultado indireto, pois a condenação do infrator, além de reparar a vítima, serve para encorajar outros a tomar as cautelas necessárias e evitar danos futuros.

NOTAS

1. O mencionado termo latino "*spondeo*" também aparece na celebração do matrimônio, entre os romanos. Com efeito, o matrimônio, ato consensual, era precedido de "esponsais" (do mesmo verbo "*spondeo*") - promessa solene de casamento – seguidos da cerimônia religiosa, denominada "*confarreatio*". François Boulanger. *Droit Civil de la Famille*. t.1, Paris: Economica, 1990, p. 59.
2. José de Aguiar Dias. *Da Responsabilidade Civil*. 6.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 2, 1 v.
3. Caio Mário da Silva Pereira. *Instituições de Direito Civil*. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1980, p. 570. 1 v. *Vide*, no mesmo sentido, Miguel Maria de Serpa Lopes. Curso de Direito Civil. 6. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988, p. 489, segundo o qual: "*Resultante da imputabilidade, a responsabilidade consiste na obrigação de reparar o prejuízo oriundo de um fato do qual se é autor direto ou indireto, por tê-lo realizado contra o dever que se tem de não prejudicar injustamente a outro*".
4. Álvaro Villaça Azevedo. *Teoria Geral das Obrigações*. 8ª ed., São Paulo: RT, 2000, p. 37 a 39 e 272.
5. Dante Alighieri. *La divina commedia*. Canto 1. Milano: Ed. Lucchi, 1959, p. 31.
6. Giovanni Bonilini. *Il Danno non Patrimoniale*. Milano: Dott. A. Giuffre, p. 510: "La soluzione si offre com sufficiente facilitá: è soggetto alla riparazione colui che è tenuto responsabile delle causazione del pregiudizio".
7. Henri De Page. *Traité Elementaire de Droit Civil Belge*. Tome Deuxième. Bruxelles: Établissements Émile Bruylant, 1934, p. 750. Propomos a seguinte tradução: "O domínio da responsabilidade aquiliana compreende todo fato humano, que, fora da execução de um contrato, causa um dano a outrem. É, pois, por completo, indiferente, em princípio, que este fato recaia ou não sob a mira da lei penal, ou que constitua uma infração ou simplesmente um ilícito civil. Em um ou outro caso, dará lugar a uma reparação".
8. José de Aguiar Dias. Da Responsabilidade Civil, v. 1, 9. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 12.
9. Antônio Herman Benjamin. Revista de Direito Ambiental 9, São Paulo, p. 8 a 11.
10. Hélène Thudeau. *La responsabilité statutaire du pollueur au Québec, in* Ejan Mackaay e Hèléne Trudeau, *L´Environnement – À Quel Prix?*. Montréal: Éditions Thémis, 1995, p. 123.
11. Antônio Herman Benjamin. Ob. Cit., p. 12.
12. Geraldo Ferreira Lanfredi. *Política Ambiental: Busca de efetividade de seus instrumentos*. São Paulo: RT, 2002, p. 212.

artigo

Ser Simples

Durval Rezende
Delegado Seccional da Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas — Abrame

"Em verdade vos digo: os que carregam seus fardos e assistem os seus irmãos são os meus bem-amados". (1)

Nossa carreira de juiz nos confere oportunidades notáveis de relacionamento com o próximo, que se apresenta como parte de um processo, como funcionário, como profissional do Direito ou mesmo com um cidadão que nos procura para uma orientação.

Nosso trabalho escrito, sobretudo no sossego do gabinete, é de fundamental importância para nossa atividade, mas o trato diário com as pessoas que são por nós atendidas é que realmente nos permite dar um pouco mais de nós mesmos para a tranqüilidade e a paz do próximo.

O trabalho intelectual escrito deve sim ser valorizado, mas a atividade que envolve o trato pessoal com o próximo não pode ser esquecida e nem relegada a um segundo plano. Não somos auto-suficientes a ponto de prescindirmos do aprendizado que temos diariamente com as histórias, as dores e os sofrimentos de todos aqueles que atendemos.

Em todas as áreas — e em especial na área da infância, na da família e na penal — são nos momentos de audiência em que podemos doar um pouco de paz e esperança, em que temos oportunidade de exortar a todos que tenham bom ânimo e perseverança, em que contribuímos diretamente para a pacificação dos conflitos, íntimos ou não.

Nesses momentos a razão deve sempre estar sempre próxima do coração, de modo que possamos compreender com amor e piedade as dificuldades e os obstáculos existentes na vida alheia, e assim bem cumprir nosso dever.

Não ambicionemos os altos postos de comando, ou mesmo aqueles locais palacianos, ou ainda as funções mais importantes materialmente, já que se eles forem necessários para nosso aprendizado na Terra, lá chegaremos no momento oportuno, naturalmente. Lembremos o ensinamento evangélico no sentido de que aquele que quiser ser o maior, deverá ser o que mais serve, já que "os grandes no mundo dos Espíritos são os que foram pequenos na Terra, e que freqüentemente são bem pequenos os que foram grandes e poderosos". (2)

Assim, a postura simples, o ver e ouvir com educação, o tratamento atencioso e respeitoso, humano e simples são grandes recursos de que dispomos para nossa tarefa diária de aplicar a Justiça.

André Luiz nos ensina que possuímos inúmeros recursos para promovermos e melhorarmos nossa área de ação, "sem recorrer a desrespeito, perturbação, azedume ou rebeldia", (3), e que nunca devemos desestimar a importância dos outros, mas sim, pensar nos outros, "não em termos de angelitude ou perversidade, mas na condição de seres humanos com necessidades e sonhos, problemas e lutas semelhantes aos seus". (4)

Almejamos muitas vezes por grandes e importantes tarefas, em posições de destaque. Todavia, são realmente valiosas as oportunidades de serviço junto aos mais simples e necessitados na sala de audiência, que podem receber de nós pequenas doações de tolerância, de paciência, de compreensão ou de silêncio caridoso.

O mesmo André Luiz nos observa: — não menospreze o valor das minidoações. O seu concurso supostamente insignificante pode ser o ingrediente complementar que esteja faltando em valiosa peça de salvação. (5)

(1) Espírito da Verdade – Evangelho Segundo o Espiritismo, ed. Lake, tradução de J. Herculano Pires, 58.ª edição, cap. VI, pág. 102.

(2) Evangelho Segundo o Espiritismo, idem, cap. VIII, pág. 107.

(3) Sinal Verde, André Luiz, F. C. Xavier, edição CEC, 49.ª edição, pág. 49.

(4) Sinal Verde, idem, pág. 64.

(5) Respostas da Vida, André Luiz, F. C. Xavier, ed. Ideal, 9.ª edição, pág. 92.

Miguel Matos

Editor do *site* Migalhas

Poucos sabem, mas Carlos Alberto Bastos de Matos é o autor do nome deste informativo. Quando resolvi, em fins de 2000, despretensiosamente enviar algumas notícias para uns amigos, não imaginava que iriam aparecer outros interessados nas informações, o que rapidamente aconteceu. Vendo que a procura por notícias iria me tomar mais tempo do que imaginava, resolvi compilar as notas fazendo um breve informativo. Recém formado em Direito, titubeante em relação ao mundo que se abria, comentei com ele a idéia. Qualquer outro imaginaria se tratar de mais um devaneio juvenil. Dr. Carlos não. Incentivou-me.

Entretanto, faltava o nome. Quando o primeiro número, em 13 de novembro de 2000, iria sair com outra denominação - e que fatalmente não traria êxito ao trabalho - toca o telefone vermelho da Alta Direção, só usado para ocasiões muito especiais. Do outro lado da linha, dr. Carlos diz : - coloque aí "Migalhas". Assustei-me com o nome, assim como todo leitor deve ter se assustado quando ouviu se tratar de um informativo jurídico. E dr. Carlos repetiu : coloque aí, é "Migalhas" o nome. Assim foi feito.

Da Redação de Migalhas, são de sua autoria várias e várias passagens. Uma delas, talvez a mais famosa, é a incansável busca pelo Ômega do ministro Márcio Thomaz Bastos, roubado no início de 2003.

Em fins do ano passado, ele quis levar um grupo de estudantes, amigos, para conhecer o professor Goffredo da Silva Telles Jr.. E fomos nós. O mestre recebeu a todos com a conhecida simpatia. Deu-nos uma aula maravilhosa de Direito e de vida, numa memorável conferência. Lembro-me de olhar para o dr. Carlos e vê-lo com lágrimas nos olhos. Ah! Como foi tudo tão belo. Lembro-me da saída, já na avenida São Luís, de me agradecer, com um carinhoso beijo, por ter conseguido agendar com o mestre, seu antigo professor, aquela maravilhosa tarde.

Poderia falar muito mais de sua incrível personalidade, como filho apaixonado que sou. De um pai que foi ídolo de seus quatro filhos e de sua incansável esposa, exemplo de honradez e de conduta. Poderia dizer de suas poesias, de livros que escreveu e organizou, de sua grande paixão, a história. Poderia encher muito mais que migalhas. Mas ele, discreto, não iria gostar.

Fico por aqui, com os olhos molhados e com o coração apertado de saudade. Neste momento, por certo ele deve já estar se reunindo com os amigos Clóvis Caparaó e Cildo Giolo para uma noitada.

- Mas, pai, dê uma procurada. O Ômega pode estar aí. Se o encontrar, mande-nos uma migalha.

Beijos saudosos de seu filho,"

Miguel Matos

Homenagem ao Messias, um grande juiz!

Antonio Raphael Silva Salvador
Des. aposentado e membro do Conselho Consultivo Orientador e Fiscal da APAMAGIS

Perdemos neste mês o nosso companheiro Messias José de Melo Souza, com tristeza geral de todos aqueles que o conheceram, especialmente seus colegas, amigos e jurisdicionados, que tinham nele um exemplo de juiz e de homem.

No Foro Regional do Tatuapé era um líder, que se impunha pela sua lhaneza de trato, pelo carinho que a todos dedicava, pela sua inteligência e integridade. No Vale do Paraíba, que tanto marcou sua vida, Messias fará muita falta e ninguém o esquecerá.

Messias era tão atencioso, que no Curso de Adaptação ao Novo Código Civil, que coordenei em nossa APAMAGIS, teve a gentileza de me telefonar, apoiando a realização do curso e pedindo licença para trazer todos os colegas de sua Regional para participarem das palestras, licença essa que sabia bem que não precisaria pedir, pois todos iriam engrandecer a realização.

Cada vez que nos encontrávamos, sempre com seu jeito meigo e carinhoso, trazia para este amigo mais forças para a luta pela magistratura e pela APAMAGIS, que ambos tínhamos como metas de vida.

Messias descansou, nós o perdemos, mas seu exemplo de vida nos servirá de alento para nossas lutas. Deus o guarde, Messias!

Paulo Vítor Pinotti Menezes

Luís Soares de Mello
Juiz do Tacrim e membro do Conselho Editorial da *Tribuna da Magistratura*

Sua luta contra a doença, meu amigo, foi retrato perfeito daquilo que você desenhou para sua vida. Combate, empenho, dedicação, força de vontade, competência e amor. Ela foi mais forte, entretanto, e o levou de nosso convívio, para nossa profunda dor e tristeza, de não mais poder compartilhar de sua inteligência brilhante, de sua cultura invejável, de sua prosa gostosa, de sua amizade, de seu amor. Seu evidente olhar marcante, verdadeiro farol alto que indicava a trilha a quem dela necessitasse, foi percebido desde o primeiro instante que ele cruzou com o meu, marcando-me indelevelmente a alma, lá em nossa já longínqua posse na carreira, no salão nobre de nosso Tribunal. Afortunadamente, tive a ventura de compartilhar com você desde aqueles primórdios, praticamente dia-a-dia, instante a instante, por mais de 20 anos, de Diadema ao querido Tacrim, lado a lado, até de casas, um tempo. Felizes e maravilhosos convívios, que fizeram crescer minha cultura, tão pequena a vista de sua vasta sabedoria. Pude aprender que gigante homem de bem você era e sempre foi, dedicado à sua dedicadíssima, inigualável e valente *Berenice*, devotado aos amados filhos e à querida mãe, d.Lígia, que experimenta, como todos nós, a perda doída do filho inesquecível. Aí repousa a eternidade. Ser eterno é viver para sempre nas memórias e lembranças daqueles que o amaram. Você é eterno, amigo saudoso!

Paulo Cássio Egydio de Carvalho

Laerte Nordi
Desembargador da 1.ª Câmara de Direito Privado

Paulo Cássio Egydio de Carvalho nasceu em 9 de janeiro de 1937. Eu no dia 29 de março do mesmo ano. Quase vinte anos depois, o destino nos uniria e nos manteria intimamente ligados até o triste 26 de junho de 2004.

Tudo começou em 1957, quando eu e Paulo Cássio, na doce juventude dos 19 anos, ingressamos na queridíssima Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica, tempo de esperança compartilhado com nossas namoradas, Tânia e Diuguina, que seriam nossas esposas e companheiras maravilhosas. Nessa época, sonhávamos e projetávamos o futuro, esboçado nos ensinamentos de mestres inesquecíveis.

Do tempo de estudante, registra a memória as madrugadas de estudo que reuniam seis grandes amigos (eu, Paulo Cássio, Milton, Newton, Marcelo e Vítor), confidentes e conselheiros, uns dos outros.

Sempre aproximados pelo destino, casamo-nos com Tânia e Diuguina na Capela da Faculdade e passamos à condição de magistrados em 04/07/67, tendo Paulo Cássio dado os primeiros despachos e proferido as primeiras sentenças na Comarca de Presidente Prudente. Percorreu o itinerário das entrâncias do Interior, tendo o povo da comarca de Jacupiranga e Cruzeiro o contato com um ser humano da melhor qualidade.

Após o período de juiz auxiliar da Capital, foi titular da 13.ª Vara Criminal e promovido ao Tribunal de Alçada Criminal em 21/06/83, lá permanecendo até 14/06/89, quando, então tomaria posse no cargo de desembargador, tendo me sido dado o privilégio de recebê-lo em nome de meus pares.

No discurso, relembrei seus pais, que assistiam, orgulhosos e do plano espiritual, a conquista do filho, aquele que, na feliz expressão do Papa João Paulo II, "é o gesto definitivo do amor. Também os felizes anos de convivência com Diuguina, esposa e mulher extraordinária, que nunca lhe deixou faltar amor, carinho e dedicação. Casamento abençoado com o nascimento das amadas Regina Célia e Ana Cláudia.

Não é fácil a separação, depois de 47 anos de boa, sincera e fraterna amizade. Às vezes, a emoção não permite que se diga, numa homenagem póstuma, tudo o que foi e representou o homenageado. Por isso, socorri-me de amigos comuns que com ele conviveram por longos anos.

N.R: Os amigos aos quais o des. Laerte Nordi se refere são os desembargadores Caio Eduardo Canguçu de Almeida, da 2.ª Câmara de Direito Criminal, relator do homenageado; Milton Gordo, da 7.ª Câmara de Direito Público, e Luiz Fernando Q. M. P. Sampaio, assistente jurídico do homenageado, que por falta de espaço não tiveram seus textos publicados. Porém a *Tribuna da Magistratura* registra as homenagens deles a Paulo Cássio E. de Carvalho.

A morte do juiz Nelson Munhoz Soares

Antonio Raphael Silva Salvador
Desembargador aposentado e membro do Conselho Consultivo Orientador e Fiscal da APAMAGIS

No dia 26 de julho último, tivemos a notícia muito triste do falecimento do juiz Nelson Munhoz Soares.

Conheci o colega Nelson quando ele, vitorioso no concurso de ingresso na magistratura, chegou a Santos, onde eu era promotor de Justiça. Vi a felicidade que ele sentia pela vitória alcançada e senti que alegre deveria estar a magistratura pela feliz conquista.

Nelson brilhou em Santos, sendo promovido para sua 1.ª Comarca, Matão, onde granjeou grande renome como juiz correto, capaz e inteligente.

Nelson é natural de Sorocaba, onde teve a ventura de jurisdicionar por cinco anos, como o filho da terra mostrando, mais uma vez, o seu valor.

Em São Paulo, Nelson foi juiz da 2.º Vara de Acidentes do Trabalho, na ocasião em que milhares de ações eram o trabalho diário de juízes competentes para essa matéria.

Promovido para o 2.º Tribunal de Alçada Civil, ali Nelson se aposentou, voltando para o Interior que tanto amava e, sentia ser para ele, insubstituível.

Com a morte desse juiz, perdemos um grande colega, que soube honrar e dignificar a magistratura, o que nos leva a pedir ao bom Deus que o receba e o tenha ao seu lado.

Homenagens póstumas

Jurandyr Nilsson
Desembargador aposentado

Grande foi o número de magistrados falecidos nos dois últimos meses: Paulo Cássio Egydio de Carvalho, Paulo Vitor Pinotti, Messias José de Melo, Carlos Alberto Bastos de Matos, Nelson Munhoz Soares, Francisco Carlos Rocha de Barros, Horácio de Carvalho Júnior e Euclydes Calil.

Na impossibilidade de reverenciar cada um deles separadamente, alguns dos quais lembradas por outros colegas, solidarizando-me com tais homenagens, permito-me relembrar daqueles com os quais tive maior convivência.

Dr. Carlos Alberto Bastos de Matos — Natural da Capital do Estado, judicou durante a maior parte de sua carreira na Comarca de Patrocínio Paulista, da qual também fui titular.

Integrante da turma de 1974 da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, antes de ingressar na magistratura, foi delegado de polícia e promotor de Justiça, possuindo sólida cultura humanística. Lecionou durante mais de duas décadas na Faculdade de Direito de Franca.

Em suma, honrou o magistério e a magistratura, emprestando ainda, seus conhecimentos para a Academia que hoje ocupa lugar de destaque nos estudos jurídicos do País. Além disso, publicou expressivo livro sobre fatos históricos ocorridos na Comarca de Patrocínio Paulista.

Dr. Horácio de Carvalho Júnior — Conheci-o quando era titular da então única Vara existente em São Bernardo do Campo, nela permanecendo até aposentar-se.

Foi professor e diretor da Faculdade de Direito da mesma cidade, onde tivemos oportunidade de nos reencontrar no início dos anos 70. Possuía o título de professor Honoris Causa e sempre se destacou pela afabilidade e cordialidade no trato com os colegas e alunos.

Dr. Francisco Carlos Rocha de Barros — Era juiz aposentado do Segundo Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, para o qual foi nomeado pelo quinto constitucional, na classe dos advogados, havendo tomado posse em sessão plenária realizada em 13/08/1991.

Nascido em Presidente Prudente, teve atuação destacada na Comarca de Santos, onde exerceu diversas atividades ligadas ao mundo jurídico. Foi membro do Departamento de Documentação e Pesquisa da Faculdade Católica de Santos, na qual se formara em 1959, diretor da Associação dos Advogados de Santos, diretor e presidente da sub-secção da OAB, na mesma cidade, procurador-chefe da Prefeitura Municipal de Praia Grande, procurador do Tribunal de Contas do Litoral, professor titular da cadeira de Direito Civil da Faculdade Católica de Direito de Santos, conselheiro da OAB, secção de São Paulo e assessor jurídico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Por ocasião de sua aposentadoria, foi homenageado pelo então juiz Milton Sanseverino, que, em seu discurso, relembrou o conhecimento com o ora saudoso colega, o qual era informalmente chamado de "Chico Barros".

E, após várias considerações sobre a vida e a personalidade marcante do homenageado, salientou o orador:

"Homem dotado de rica e firme personalidade, profundamente inteligente, detentor de fina sensibilidade e de invejável cultura, com acentuado pendor para a poesia, para a música e para as artes plásticas em geral (com especial destaque para a pintura), como os mais íntimos bem o sabem, optou pelo Direito como área de concentração dos seus múltiplos interesses e diversificados conhecimentos, nela centrando sua vivência profissional, agora coroada com a aposentadoria no nobilitante cargo de juiz desta E. Corte de Justiça. Juiz. Palavra mágica que tem, por si, o dom inefável ou a inigualável propriedade de condensar virtualmente tudo que diz respeito à Justiça como um todo e que traduz, com perfeição, aquilo que muitos consideram — não por acaso — um dos pontos de contato mais próximos e mais sutis entre a criatura e o Criador (para os que crêem, naturalmente, que o primeiro foi plasmado à imagem e semelhança do segundo), dando bem a medida da relevância — para não dizer da transcendência — da missão que neste mundo ao juiz é confiada e da qual um dia com certeza haverá de dar conta".

E assim concluiu sua oração: "... como julgador experiente, comedido, equilibrado, sensível, participativo, atento e justo, a tudo presente na sala das sessões ou neste Plenário, contribuindo eficazmente para a realização da Justiça em cada caso, que, de minha parte, quero conservar a imagem que, após sua merecida aposentadoria, me faz freqüentemente lembrar (de mim para comigo, em íntimo solilóquio e proveitoso devaneio), imitando célebre canção popular, que "naquela mesa (ou aquele lugar, no caso deste Plenário) está faltando ele e a saudade dele está doendo em mim'..." ("Julgados dos Tribunais de Alçada Civil de São Paulo", ed. Lex, vol. 172/299 – 300).

Em suma, essas as homenagens que me cabia prestar aos ilustres magistrados recentemente falecidos.

PAULO BOMFIM

Recado de Amor

No terraço de nossa casa em Itanhaém, Stellinha, Luzia, Emy e eu conversávamos sobre Virgílio Lopes da Silva e o último jantar que o casal ofereceu a Nelson Pinheiro Franco, Milton Evaristo dos Santos, Renato Torres de Carvalho e a mim.

Encontro comemorativo dos formandos da Turma de 38 que brindaram meu retorno ao Tribunal de Justiça onde voltara a convite de Márcio Martins Bonilha.

Reunião inesquecível naquele apartamento acolhedor, extensão dos corações de seus moradores.

Quanta lembrança foi surgindo em torno da mesa! A Faculdade da década de 30 ia renascendo com velhas taipas que se despediam de uma época.

Nelson Pinheiro Franco recorda a temporada em que Virgílio se hospedou no casarão de sua família em Mogi das Cruzes e, quando ao regressarem de uma noitada, encontrando a porta fechada e tendo esquecido de levar a chave, Virgílio se propõe a entrar no sobrado a seu modo. Mete o ombro de remador na madeira secular e, sutilmente, derruba a porta.

No terraço envolto em sombras, lembrávamos com alegria e saudade esses feitos.

Luzia conta que Virgílio tinha especial afeição pelas corujas e que, certa feita, trouxera da Alemanha a réplica dessa ave para presentear o marido.

Um silêncio aconchegante uniu as pessoas que conversavam ao tema de seu recordar.

Foi quando um pio estridente partiu das árvores do jardim, e uma grande coruja branca cruzou o terraço sumindo na noite.

Era o recado de amor que Virgílio mandava para Luzia

Paulo Bomfim é poeta, jornalista e decano da Academia Paulista de Letras

Magistrado ganha prêmio Jabuti de literatura

Livro informa de maneira pedagógica os direitos do cidadão

A Câmara Brasileira do Livro anunciou no dia 21 de julho os nomes dos ganhadores do Prêmio Jabuti 2004. E pela primeira vez um magistrado foi agraciado com o prêmio na categoria Direito. O premiado foi o des. José Rodrigues de Carvalho Netto com o livro "*Ao encontro da lei: o novo código civil ao alcance de todos*", editado pela Imprensa Oficial e pela Academia Paulista de Magistrados. No total são 17 categorias, cuja premiação foi realizada no último dia 9 de setembro, no Memorial da América Latina, em São Paulo.

O livro, escrito em linguagem acessível, é direcionado ao cidadão comum e enfoca de forma simplificada e direta os aspectos mais relevantes do novo Código Civil. "A obra não foi escrita para juristas, foi escrita para o povo. Acho que o maior premiado não sou eu, por isso dedico esse prêmio a toda a magistratura paulista, porque os juízes estão verdadeiramente preocupados com os jurisdicionados e não somente com os julgamentos."

Por se tratar de uma obra popular ela pode ser adquirida somente nos jornaleiros, ao preço de R$ 4,90. Foram vendidos mais de 200 mil exemplares, por isso, as mais de mil cartas que o autor recebeu da população agradecendo a iniciativa representam o maior prêmio, na concepção de Carvalho Netto. O desembargador recebeu correspondência, inclusive, do México, da Itália e de uma tribo indígena localizada no sertão de Pernambuco.

O prêmio pode ser considerado o coroamento da carreira do des. José Rodrigues Carvalho Netto que se aposentou no último dia 4 de agosto. "De agora em diante vou defender a magistratura do lado de fora", disse ele.

CAIO GRACCHO

Vinhetas Olímpicas

(algumas verdades sobre os jogos olímpicos)

Maratona: a maratona é a mais longa prova olímpica e surgiu no século 490 a C., numa batalha entre gregos e persas, entre a cidade de Maratona e o mar Egeu. Um fato curioso cerca esta modalidade: nenhum dos participantes da primeira prova está vivo.

Salto com vara: o salto com vara teve origem em Portugal, no século XVII. Os estudantes da Universidade de Coimbra, que na época era cercada por um muro de cinco metros de altura, vinham em desabalada carreira pelo pátio, na hora do recreio, e tentavam pular esse muro, batendo com a cabeça no dito cujo. Anos mais tarde, os dois últimos alunos sobreviventes inventaram a vara.

Natação - estilo Medley: o estilo Medley de natação surgiu na antiga Mesopotâmia. O imperador Nabucodonozor, dissidente da nobreza inglesa, supervisionando sua delegação treinar às margens do Nilo (não se sabe o que ele estava fazendo no Egito), vendo que cada integrante nadava de um jeito exclamou: "mas que medley"! Este palavrão jamais foi traduzido, até porque nunca se encontrou um mesopotâmio contemporâneo ao imperador.

Corrida com barreiras: a corrida com barreiras nasceu na Roma antiga, durante as provas de pedestrianismo dos romanos. O imperador, preocupado com a possível participação dos gentios, mandou sua polícia rodoviária colocar barreiras nas estradas, onde os centuriões pediam documentos aos corredores. Como a prova se tornou um pouco morosa, o imperador, arrependido, mandou retirar sua polícia, que, entretanto, esqueceu as barreiras. Depois disso, o imperador morreu e ninguém mais mandou retirá-las.

Arco e flecha: a prova de arco e flecha surgiu na batalha de Tróia. Os gregos usavam os arcos, mas, como não tinham flecha, não conseguiam acertar os troianos. Estes, por sua vez, usavam apenas as flechas e, como não tinham

força suficiente, também não atingiam os gregos. Aí, não se sabe de onde, surgiu um cavalo cara-de-pau. Gregos e troianos juntaram-se para examiná-lo e nessa reunião um enfiou a flecha no arco do outro, nascendo, assim, tal modalidade olímpica. Entretanto, ela não agrada nem a gregos, nem a troianos, tanto que é assistida apenas pelos participantes e seus parentes.

Cem metros rasos: essa prova resultou de uma exigência dos lisboetas para os seus nadadores que não sabiam nadar.

Duzentos metros rasos: idem, mas apenas para aqueles que tinham mais fôlego.

Levantamento de peso: trata-se de uma prova onde o mais difícil para o atleta não é levantar os mais de cem quilos que aparecem, mas sim os duzentos gramas que não aparecem.

Salto em altura: novamente os portugueses nos dão conta de sua criatividade. Na Idade Média, sabedores dessa modalidade esportiva, treinavam eles do alto da Torre de Belém, atirando-se ao solo. Só depois de dizimada a delegação é que veio a explicação: o salto era inverso, isto é, do chão para o alto e não o contrário.

A bandeira olímpica: a bandeira olímpica, branca, com cinco anéis entrelaçados, nas cores azul, amarelo, negro, verde e vermelho, representa exatamente cinco anéis entrelaçados, nas cores azul, amarelo, negro, verde e vermelho. Entretanto, se você olhar do outro lado, as cores serão vermelho, verde, negro, amarelo e azul. O mastro, contudo, permanece o mesmo de qualquer ângulo que seja olhado.

Boicote olímpico: a província insular da Guiné Equatorial, Bioko (mais conhecida por Fernando Pó), boicotou as olimpíadas de 1916, de Berlim. O fato foi sentido por todas as delegações dos demais países competidores e só não recebeu maior divulgação porque as olimpíadas de 1916, de Berlim, Alemanha, não se realizaram, em razão da primeira guerra mundial.

O número de atletas olímpicos: nas olimpíadas de 1992 participaram 6.659 homens e 2.705 mulheres, perfazendo, assim, o total de 9.359 atletas do sexo masculino e cinco do feminino. Outra curiosidade é que foram consumidos 18.718 pares de tênis número 44 e 10 pares do número 36.

Decatlo: o decatlo é uma prova composta de onze modalidades, a saber: 100 metros, salto em distância, arremesso de peso, salto em altura, 400 metros, arremesso de disco, 110 metros com barreiras, salto com vara, arremesso de dardo, 1.500 metros e féretro.

As medalhas olímpicas: ao contrário do que se pensava, o maior detentor de medalhas olímpicas é o obscuro americano Leroy Kersee, com nada mais nada menos do que 97 medalhas de ouro, 48 de prata e 69 de bronze, em 1984, em Los Angeles. Ele era o estafeta encarregado de levar as medalhas às praças esportivas e embolsou as que sobraram do boicote soviético.

Barras assimétricas: as barras assimétricas são constituídas por um conjunto de barras simétricas entre si e assimétricas fora de si, isto é, na medida em que as mais baixas têm a mesma medida e as mais altas medem exatamente a mesma coisa, elas são assimétricas umas em relação às outras no conjunto, porém simétricas quando consideradas, no conjunto, isoladamente, de tal sorte que a assimetria só aparece no global, permanecendo a simetria na individualidade. Por outro lado, as hastes que sustentam as barras assimétricas são simétricas desde que tenham a mesma altura, caso contrário serão assimétricas no conjunto simétrico de barras assimétricas. Entendeu? Nem eu! E por causa disso perdi o treino das barras e não alcancei o índice técnico.

Basquete: a palavra "basquete" vem do aramaico primitivo "bass", que significa: "hei! Vocês cinco aí! Passa essa bola pra cá!" e do esperanto "quette", que significa: "passamos nada! Se quiserem venham tomar da gente!"

Caio Graccho é juiz aposentado e membro da União Brasileira de Escritores

Peregrinação ao Araxá

Jurandyr Nilsson
Desembargador aposentado

No dia 15 de agosto o grupo se reuniu no Aeroporto de Congonhas, partindo rumo a Uberlândia, onde houve uma baldeação para um ônibus com destino ao *Tropical Grande Hotel do Araxá*.

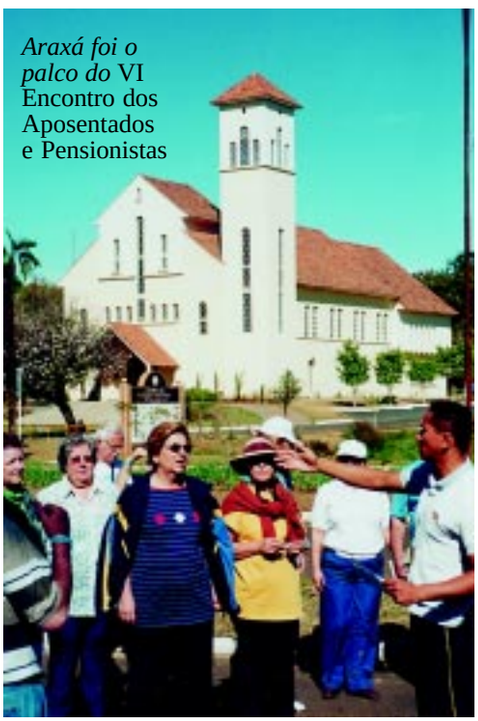
Após um *rali* pela esburacada estrada que liga Uberlândia à cidade de Araxá chegamos às termas onde realizamos nossa peregrinação.

Acomodados nos respectivos apartamentos, os peregrinos cumpriram a primeira penitência, dividindo-se em grupos que se submeteram a banhos de lama e de ervas aromáticas, ou a massagens relaxantes, prática que se repetiu na segunda e na quarta-feira.

Após o sacrifício do jantar, houve bingo e dança no salão Ouro Preto, para aliviar a carga do dia.

Na segunda-feira, em seguida ao desjejum, os penitentes se reuniram na recepção do hotel, saindo para uma caminhada energética, após tirar uma foto coletiva do grupo.

Durante a caminhada, foi feita uma parada na fonte Dona Beja, figura lendária do Araxá, prosseguindo a caminhada em torno do lago que rodeia o hotel, para onde os romeiros retornaram e passaram o resto do dia.



Araxá foi o palco do VI Encontro dos Aposentados e Pensionistas

Na terça-feira, realizado o sacrifício da caminhada energética e visitação da área externa do hotel, os penitentes almoçaram, partindo, em seguida, para o *tour* rural no *Hotel Fazenda Porta do Sol.*

Realizada uma caminhada de reconhecimento, com visita ao curral do gado caprino e às cocheiras existentes na região, submeteram-se os participantes a outra penitência — um lauto café colonial, para manter a forma dos penitentes —, após o qual retornaram ao hotel.

Na quarta-feira, reuniram-se os partícipes no saguão do hotel e partiram para um tour à cidade de Araxá, onde visitaram o Museu de Dona Beja e diversas lojas, nas quais as mulheres se esbaldaram, para desespero dos maridos, alguns dos quais voltaram desesperados para o hotel.

À noite, após o jantar, houve uma exibição de fotos tiradas durante a jornada, culminando com uma exposição feita por dona Carolina C. Gordo, em nome das integrantes do Departamento Feminino, às quais se deve o sucesso do evento, recebendo, ainda, cada participante, brindes por elas distribuídos.

Finalmente, na quita-feira, após a penitência matinal, a caravana teve que se preparar para o retorno, voltando pela mesma estrada esburacada com destino a Uberlândia, de onde partiu o avião de volta para São Paulo.

Este é um resumo do que aconteceu no VI Encontro dos Magistrados Aposentados e Pensionistas.

Caminhada para observar a exuberante paisagem natural de Araxá

ARAXÁ

LOCAL ONDE PRIMEIRO SE AVISTA O SOL

Os turistas encontram em Araxá uma bela cidade e um povo muito hospitaleiro

Com uma população de 76.536 habitantes, Araxá está localizada na região do alto Paranaíba, a oeste do Estado. Foi construída sobre a cratera de um vulcão extinto, em terrenos fortemente mineralizados. Caracteriza-se pelo clima tropical, com temperatura média anual em torno de 21º C.

Os primeiros moradores se dedicaram à criação de gado e fundaram, em 1791, a Freguesia de São Domingos do Araxá, sendo um pouco mais tarde construída a Igreja de São Sebastião, abrigando hoje o museu sacro e as belíssimas imagens esculpidas pelo genial Bento Antônio da Boa Morte.

Ainda sob a tutela de Goiás, em 1811 foi criado o Julgado de São Domingos. Em 1816 passa a pertencer a Minas Gerais e por influência de Ana Jacinta de São José — ou Dona Beja, personalidade admirada na terra, tornou-se lenda devido à sua beleza e prestígio político — , em 1831, é elevado a município e, em 1911, passa a se chamar Araxá.

Terra onde circulava o ouro atraindo turistas, teve seu auge na Segunda Guerra Mundial com a inauguração do Grande Hotel e dos cassinos, cujo o funcionamento foi logo proibido.

Projetado pelo arquiteto italiano Luis Signorelli, o Grande Hotel foi inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas. Luxuoso, possui quatro fachadas, duas laterais, uma frontal e outra superior. Nos diversos ambientes destaca-se o mobiliário: lustres com cristais da boemia, pisos em mármore carrara, belíssimos afrescos e vitrais.

Ao lado do hotel, ligado por uma galeria suspensa de cerca de seis metros, estão as termas de Araxá, onde se aproveitam os efeitos terapêuticos das fontes radioativas e sulfurosas para os banhos termais.

Além dos benefícios naturais, oferecidos pelas águas e lamas medicinais, é especializada em fabricar sabonetes e cremes para pele.

Os turistas encontram em Araxá uma bela cidade, rica em artesanatos e com um povo muito hospitaleiro.

Uma das atrações que vem crescendo rapidamente na região, aproveitando a graciosa natureza, que desfruta de rios, lagos, cachoeiras, trilhas e serras, é o turismo rural, ecológico e de aventuras. Hoje, a cidade possui esportes como: escalada, *rafting* (descida de barcos em corredeiras), rapel, esqui aquático, vôo livre e *trail* de motos e jipes.

O turismo de aventuras de Araxá poderá sediar, no ano de 2004, o *Adventure Fair* (maior evento de esportes, turismos de aventuras e ecooturismo da América Latina.

Sua culinária recebeu influência dos índios, dos primeiros colonizadores portugueses, dos tropeiros, dos imigrantes italianos, espanhóis, árabes e franceses. A comida caseira araxaense foi temperada com requintes da comida internacional, tornando-se conhecida pelo seu sabor especial. Os biscoitos e bolinhos servidos no lanche, principalmente os doces e queijos são uma atração deliciosa para quem visita a cidade.

O clima favorável, solo rico e fértil, região grande produtora de doces e queijos e muita fartura de frutas tropicais.

TABAGISMO E CORAÇÃO

Dra. Janice Caron Nazareth
Médica Cardiologista,
Geriatra e Clínica Geral*

O tabagismo constitui, nos dias de hoje, o principal fator causal evitável, relacionado ao surgimento de doenças e mortalidade. Calcula-se que, aproximadamente, um terço dos indivíduos adultos do mundo seja fumante, e que 20% das mortes ocorridas anualmente em países desenvolvidos sejam devidas ao tabaco. Estima-se que, a cada ano, nos Estados Unidos ocorram 420 mil óbitos devido a doenças relacionadas com o consumo de cigarros. Naquele país, os gastos diretos com o tratamento dessas condições chega a US$ 50 bilhões ao ano, sendo despendidos outros US$ 47 bilhões, de maneira indireta, com a perda de dias de trabalho e invalidez.

Muito embora o tabagismo se associe a inúmeras moléstias, tais como doença pulmonar obstrutiva crônica e neoplasias diversas, entre 35% e 40% das mortes a ele atribuídas decorrem de doenças cardiovasculares (DCV). O surgimento de aterosclerose explica a quase totalidade das DCVs relacionadas ao fumo. Estudos epidermiológicos mostraram que os indivíduos fumantes têm risco 2,5 vezes maior de insuficiência coronariana que os não-fumantes. Além disso, o tabagismo tem a particularidade de pontecializar muito as ações de outros fatores de risco a ele associados. Estudos realizados com pacientes portadores de hipercolesterolemia familiar e diabéticos têm demonstrado um risco aumentado de coronariopatia nos indivíduos fumantes.

Diversos são os efeitos fisiológicos, hematológicos e metabólicos relacionados ao tabagismo que têm sido implicados na gênese de lesões aterosclerótica:

Circulatórios — Taquicardia; vasoconstrição periférica; elevação da pressão arterial sistêmica; aumento do débito cardíaco; elevação do consumo de oxigênio pelo miocárdio; indução de vasoespasmo coronariano

Hematológicos — elevações do conteúdo de gás carbônico da hemoglobina; aumento dos glóbulos sanguíneos; aumento da viscosidade sanguinea; aumento da ativação e agregação das plaquetas e glóbulos brancos; aumento da expressão de moléculas de adesão em leucócitos; elevações das concentrações do fibrinogênio.

Metabólicos — Elevações dos níveis de ácidos graxos livres; elevação do colesterol e triglicéredes; redução dos níveis do colesterol de alta densidade (colesterol bom); indução de menopausa precoce; elevações dos níveis de cortisol, hormônio do crescimento, hormônio antidiurético, glicerol, lactato, piruvato, glicose etc.

O abandono do tabagismo traz benefícios à saúde a qualquer tempo ou idade. As taxas de mortalidade global dos ex-fumantes tendem a diminuir progressivamente em relação às taxas dos indivíduos que mantêm o vício. Decorridos 16 anos da interrupção , a mortalidade dos ex-fumantes estabiliza-se em um platô discretamente mais elevado que a dos indivíduos que nunca fumaram. O abandono do tabagismo leva, ainda, à diminuição no uso dos serviços médicos e no número de dias de trabalho perdidos devido a problemas de saúde.

***Rua Peixoto Gomide, 515,**
15º andar, São Paulo, SP
Fones: 3266 3951 e 287 0917

Homenagem especial

A homenagem ao Dia dos Pais começou mais cedo na APAMAGIS

Na noite do último dia 6 de agosto os Departamentos Social e Feminino da APAMAGIS organizaram um concerto em homenagem ao Dia dos Pais. O artista escolhido para a noite musical foi o violinista Gustavo Beciato que apresentou músicas de câmara.

E no dia 8 de agosto foi oferecido pela APAMAGIS um almoço em homenagem ao Dia os Pais. O encontro foi marcado pela alegria e descontração dos familiares. As atenções estavam voltadas para o homenageado do dia, afinal, é ele o amigo de todas as horas, a pessoa mais preocupada com o bem-estar da família.

A sede social da APAMAGIS foi o palco desse animado encontro entre familiares e amigos. No total 400 pessoas estiveram presentes para comemorar esse grande dia. O músico José Gilberto Pires abrilhantou a tarde, o que tornou a festividade numa agradável oportunidade para confraternizar com a família. Além do concerto e do almoço, os pais também foram presenteados com uma caneta.

Tardes Inesquecíveis

Mais uma grande comemoração marca o almoço das aniversariantes dos meses de junho, julho e agosto

Na tarde de quarta-feira, dia 30 de junho último, as esposas de magistrados reuniram-se com as amigas na sede social na comemoração dos aniversários do mês. Para marcar a celebração, um apetitoso almoço foi preparado para acompanhar as comemorações.

Como fazem todos os meses, as associadas e convidadas colaboraram com as obras assistenciais promovidas pelo Departamento Feminino, doando latas de leite em pó e pacotes de arroz. As entidades beneficiadas foram o Lar da Criança Ninho da Paz e o Movimento de Apoio ao Paciente com Aids, localizadas no Tatuapé e Jardim Cláudia, respectivamente.

E, no dia 25 de agosto último, foram comemorados os aniversários dos meses de julho e de agosto. A reunião contou com a participação de mais de 130 convidadas, além da presença especial de Eneida Barbosa, diretora do Departamento de Pensionistas da Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB —, que foi pessoalmente convidar as associadas para participarem do I Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura que será realizado entre os dias 22 a 25 de setembro próximo, em Belo Horizonte.

Para brindar o encontro, as mulheres foram presenteadas com um desfile de moda da grife Madame X, do estilista José Vittor Zeslinatto que exibiu os modelos da coleção verão.

As participantes do almoço contribuíram doando leite em pó, biscoitos e pó de café, que serão divididos entre duas entidades: Associação para Profissionalização Orientação e Integração do Excepcional localizada na Vila Mariana e Associação Recanto da Vovó de Assistência Social, localizada em Cotia.

Sua importância para os juízes

José Roberto de Vasconcelos
Presidente da Fundação da Fraternidade Judiciária

Mantida pela contribuição voluntária dos juízes do Estado, a Fundação da Fraternidade Judiciária vem amparando, ao longo de seus quinze anos de existência, a milhares de funcionários carentes do Poder Judiciário.

Foram mais de duzentas as famílias socorridas no ano que passou. Algumas com auxílio financeiro para um caro tratamento médico que não poderia ter sido feito. Outras com orientação e acompanhamento jurídico. Muitas bolsas de estudo para aqueles que, já trabalhando, ainda assim não conseguiriam financiar os cursos para melhor aperfeiçoamento e progresso na profissão. Toda a assistência foi gratuita e toda orientação dada por desembargadores e juízes aposentados, voluntários que se propõem a empregar parte de seu tempo nesse trabalho em favor dos outros.

Muita coisa já foi e está sendo feita, mas muito mais poderia ser realizado se a Fundação pudesse contar com o apoio da unanimidade da Magistratura paulista. Maior eficiência e dedicação ao trabalho — como um retorno — são o que se evidencia quando o funcionário é amparado em suas necessidades pessoais ou familiares.

EM FOCO

APAMAGIS já é conhecida pela imprensa como uma das entidades que mais lutam pelos direitos da magistratura no País

A APAMAGIS já se consolidou nos meios de comunicação de todo o Estado de São Paulo. A cada edição da *Tribuna da Magistratura* os associados podem acompanhar as participações do presidente Celso Limongi na imprensa sempre se manifestando a respeito de assuntos relevantes da magistratura. Nos dois últimos meses, novos ataques aos juízes como o "Diagnóstico do Poder Judiciário" foram deferidos pelo governo federal, entretanto, Celso Limongi não se abstém e se manifesta em todas as ocasiões. Durante as entrevistas que concede aos jornalistas e também nos artigos que publica, o presidente sempre evidencia as dificuldades que o Judiciário paulista encontra para julgar, pois, além de a carência de servidores ser muito grande, há excesso de processos para poucos juízes.
A APAMAGIS sempre luta para manter a imagem dos juízes e do Judiciário tal como ela é, ou seja, a Associação luta para mostrar à sociedade e até mesmo ao governo as dificuldades que o Poder Judiciário enfrenta.

ARTIGOS PARA JORNAIS

MAIO/JUNHO
Revista Literária de Direito
Artigo: "O Judiciário e sua função política"

JULHO
5 *Revista Época*
Entrevista: "O baile da impunidade"

6 *Jornal da Tarde*
Artigo: "Rogai por nós, os enganados"

● *Jornal Verdade* (Confesp) — Ribeirão Preto
Por ocasião da assinatura do convênio com a Unimed

● *O Imparcial* — Presidente Prudente
Artigo: "Rogai por nós, os enganados"

7 *Jornal de Limeira*
Artigo: "Rogai por nós, os enganados"

8 *O Estado de S. Paulo*
Entrevista: Celso Limongi fala sobre reforma do Judiciário

11 *Jornal da Cidade* — Bauru
Entrevista: "APAMAGIS critica reforma do Judiciário"

13 *Jornal da Cidade* — Bauru
Artigo: "Rogai por nós, os enganados"

● *Jornal de Jundiaí*
Artigo: "Rogai por nós, os enganados"

17 *O Estado de S. Paulo*
Repercussão do filme "Justiça" no Espaço Unibanco, seguido de debate com Celso Limongi; Eduardo Marcondes, diretor da APAMAGIS, e Maria Augusta Ramos, diretora do documentário.

21 *Site Migalhas*
Repercussão do debate sobre o filme "Justiça", no Espaço Unibanco

AGOSTO
5 *O Estado de S. Paulo*
Entrevista: Eduardo Marcondes fala sobre taxas de condomínio

12 *O Estado de S. Paulo*
Entrevista: Celso Limongi externa sua opinião sobre Conselho Federal de Jornalismo

17 *O Estado de S. Paulo*
Entrevista: Celso Limongi critica "Diagnóstico do Poder Judiciário"

● *Jornal da Cidade* — Bauru
Entrevista: Celso Limongi manifesta-se contra reforma do Judiciário

17 *Jornal da Cidade* — Bauru
Repercussão da exibição do filme "Justiça", na sede social da APAMAGIS

18 *O Estado de S. Paulo*
Entrevista: Celso Limongi expõe os erros apresentados no Diagnóstico do Poder Judiciário

25 *Jornal da Tarde*
Artigo: "De conselho, em conselho..."

RÁDIO E TV

JULHO
4 *TV Rede Mulher*
Programa: Entrevista de Fato
Tema: "Formas Alternativas de Solução de Conflitos"

AGOSTO
8 *TV Justiça*
Programa: Trocando idéias
Tema: "Formas Alternativas de Solução de Conflitos"

16 Rede Globo — Campinas
Programa: SPTV 2.º edição
Tema: reforma do Judiciário

Celso Limongi visita a redação do jornal *O Estado de S. Paulo*

Presidente da APAMAGIS intensifica o relacionamento com a imprensa

O presidente da APAMAGIS, des. Celso Limongi visitou a redação e o parque gráfico do jornal *"O Estado de S. Paulo"* no último dia 7 de julho. Limongi foi recebido pelo presidente da empresa jornalística, Ruy Mesquita, e pelo diretor-executivo, Roberto Gazzi. Entre outros assuntos, a conversa girou em torno da reforma do Judiciário e sobre a campanha da Associação dos Magistrados Brasileiros pela Efetividade da Justiça.

Fizeram parte da comitiva o presidente da AMB, des. Cláudio Baldino Maciel, o diretor da Escola Nacional da Magistratura, juiz Getúlio Corrêa, o vice-presidente da AMB, juiz Heraldo de Oliveira Silva, o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2.ª Região (AMATRA II – SP), o juiz José Lúcio Munhoz e o diretor-secretário da AMATRA II, juiz André Cremonesi.

Presidentes da APAMAGIS e da AMB são recebidos pelo diretor-executivo do Estadão